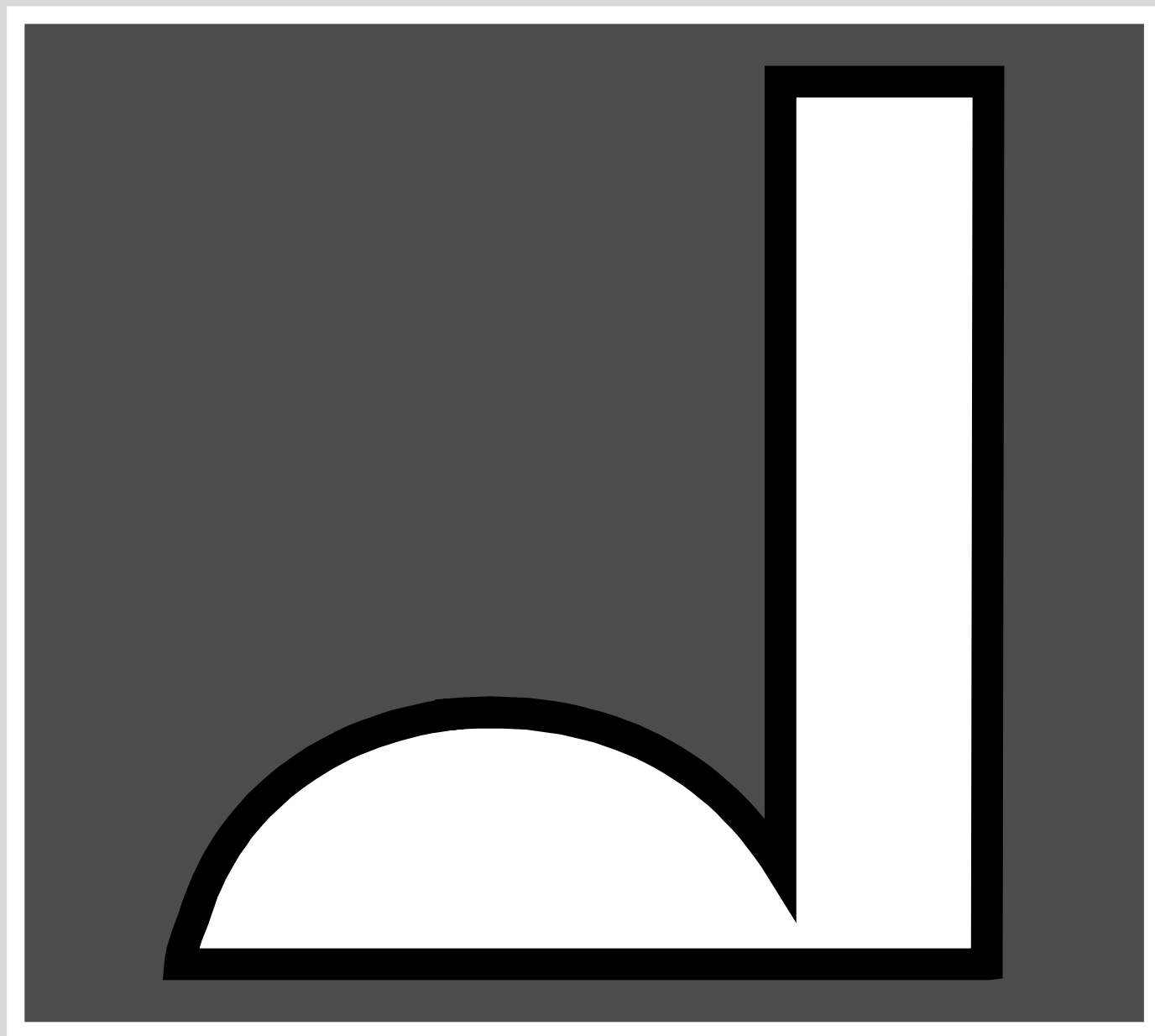




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 041 - QUINTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 33ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE ABRIL DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 198, de 2001 – CN (nº 324/2001, na origem), que encaminha as contas do Governo Federal e do Ministério Público da União relativas ao exercício financeiro de 2000..... 05988

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 112, de 2001, de 6 do corrente, encaminhando as informações complementares, referentes aos quesitos 2 a 5 do Requerimento nº 547, de 2000, da Senadora Heloísa Helena. Ao Arquivo. 05994

1.2.3 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 47/2001, de 10 do corrente, comunicando a aprovação, com emendas de redação, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2000 – Complementar (nº 23/99 – Complementar, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. (Enviado à sanção em 10 de abril de 2001)..... 05994

1.2.4 – Ofícios

Nº 7/2001, de 10 do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando seja declarada prejudicada a Mensagem 168, de 1997, do Sr. Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal termo aditivo ao contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro (RJ), com a garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, em virtude de a mesma haver perdido a oportunidade. Será incluída em Ordem do Dia oportunamente. 05994

Nº 8/2001, de 10 do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, solici-

tando seja declarado prejudicado o Projeto de Resolução nº 55, de 1998, que autoriza a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município – LFTM/SBC, cujos recursos serão destinados ao pagamento da oitava parcela de precatórios judiciais, dos processos aqui nomeados, bem como de seus complementos da primeira a sexta parcelas, em virtude de o mesmo haver perdido a oportunidade. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 05994

Nº 9/2001, de 10 do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando seja declarada prejudicada a Mensagem nº 135, de 1994, do Sr. Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$79.000.000,00, destinados a reabilitação e conservação de rodovias naquele Estado, em virtude da mesma haver perdido a oportunidade. Será incluída em Ordem do Dia oportunamente..... 05994

1.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 8, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera a redação do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha seja aprovada previamente pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 05995

1.2.6 – Ofício

Nº 43/2001, de 11 do corrente, do Líder do Bloco Parlamentar de Oposição no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 05996

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 188, de 2001, de autoria do Senador Nabor Júnior, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor ao Jurista Jorge Arakén Faria da Silva pelo recebimento do Troféu "Melhores da Advocacia Brasileira". À publicação. 05996

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 596/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 05997

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2000 (nº 111/95, na Casa de origem), que acrescenta artigo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. ... 05997

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2000 (nº 2.534/96, na Casa de origem), que faculta às gestantes o acesso a ônibus, cinemas e outros locais sem a utilização da catraca ou roleta, quando assim o exigir. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 05997

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Apelo ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de que libere verbas para a Força Aérea Brasileira, a fim de que possa dar continuidade ao trabalho de solidariedade que desenvolve na região amazônica. Louvor à iniciativa da Fundação Nacional de Saúde pela implantação de critérios de avaliação da qualidade da vigilância epidemiológica nos Estados brasileiros. 05997

SENADOR PAULO HARTUNG – Análise da crise do fornecimento de energia elétrica no País. 05998

SENADOR NEY SUASSUNA – Reflexão sobre os desdobramentos da crise argentina e suas implicações aos interesses do Mercosul. 06004

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Indagações sobre o futuro da economia brasileira com a possível implantação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca. 06007

SENADOR ÁLVARO DIAS – Participação de S. Ex^a na posse da nova diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas na cidade de Cascavel –

PR. Avaliação do desempenho da economia brasileira. 06009

SENADOR CASILDO MALDANER – Questionamento sobre os valores pagos pelo governo de Santa Catarina aos professores do ensino fundamental, cobrando o cumprimento da legislação no repasse de recursos do Fundef. 06012

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Justificativas para apresentação de requerimento às Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores, no sentido de que realizem audiências públicas, com a participação da sociedade, sobre a possível adesão do Brasil à Alca. 06013

SENADORA HELOÍSA HELENA – Apoio ao projeto do Senador Roberto Freire, que proíbe a desestatização das empresas de energia elétrica. Comentários sobre a marcha realizada por trabalhadores sem terra em Alagoas, liderada pela Pastoral da Terra e pelo MST. 06016

SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Debate sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca. 06019

SENADOR NABOR JÚNIOR – Homenagem ao jurista acreano Jorge Arakén Faria da Silva, laureado com o troféu "Melhores da Advocacia Brasileira". 06022

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 189, de 2001, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por intermédio do Ministro Extraordinário da Política Fundiária as informações que menciona. À Mesa para decisão. 06022

Nº 190, de 2001, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando ao Ministro da Justiça as informações que menciona. À Mesa para decisão. 06023

1.2.11 – Comunicações da Presidência

Designação da Senadora Emilia Fernandes, na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/República Popular e Democrática da Coreia, para visita oficial a Pyongyang, capital daquele País, no período de 13 a 21 de abril do corrente. 06024

Recebimento das contas prestadas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e pelos Presidentes dos Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar), em obediência ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Autuados como Ofício CN nº 2, de 2001. Ao Tribunal de Contas da União. 06024

Recebimento das contas prestadas pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, em obediência ao disposto no art. 56 da Lei Comple-

mentar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Autuado como Ofício CN nº 3, de 2001. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 06024

1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *SÉRGIO MACHADO* – Apoio à retomada imediata dos debates acerca das propostas que compõe a reforma política. 06024

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Transcurso, no último dia 7, do Dia Mundial da Saúde, analisando aspectos do setor de saúde no Brasil. 06026

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Protesto contra a forma pela qual o Governo vem tentando impedir a votação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei de autoria do Senador Paulo Hartung, que garante o reajuste da tabela do imposto de renda..... 06028

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 44, de 2001. 06030

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 662, de 2001, referente ao servidor Pedro Rocha Fortes. 06031

Nº 663, de 2001, referente ao servidor Fernando Luiz M. de Moura. 06032

Nº 664, de 2001, referente ao servidor Marcelo Blans Liborio. 06033

Nº 665, de 2001, referente ao servidor Marcos Bricio Dolher da Silva 06034

Nº 666, de 2001, referente à servidora Gidalia Soares..... 06035

Nº 667 a 679, de 2001. 06036

Nº 680, de 2001, referente ao servidor Davy Castro da Matta. 06049

Nº 681, de 2001, referente ao servidor Francisco de Assis de Albuquerque. 06050

Nº 682 a 685, de 2001. 06051

4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 33ª Sessão Não Deliberativa em 11 de abril de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Edison Lobão

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 198, DE 2001 – CN
(Nº 324/2001, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento aos preceitos constitucionais dos arts. 84, inciso XXIV e 49, IX, encaminho para exame de Vossas Excelências os volumes anexos, que compreendem as Contas do Governo Federal e do Ministério Público da União relativas ao exercício financeiro de 2000.

Brasília, 11 de abril de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MF 00048EM BAL. GERAL DA UNIÃO

Brasília, 6 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência os Balanços Gerais da União representando as Contas do Governo Federal relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2000.

2. Estruturadas em quatro volumes, as presentes contas demonstram as ações governamentais executadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como a execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas Estatais.

3. O Volume I contém as informações e dados consolidados sobre a execução orçamentária, financeira, e patrimonial, tanto da administração direta como da indireta, as informações econômico-financeiras do Governo Federal, as ações e atividades executadas pelos órgãos do Poder Executivo – Ação Setorial – e o desempenho dos setores econômicos. Os Volumes II e III apresentam os Balanços e Demonstrações Orçamentárias, em vários níveis de detalhamento e o Volume IV trata da execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

4. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e, também, com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações. A consolidação dos dados teve no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, o instrumento de suporte para o ordenamento dos registros.

5. A seguir apresento a Vossa Excelência as informações de maior relevância contidas no Balanço Geral da União.

6. Balanço Orçamentário: demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, o que permite conhecer o resultado do orçamento, se superavitário ou deficitário. De acordo com o referido Balanço, a execução Orçamentária no exercício de 2000 assim se comportou:

RECEITAS				R\$ milhões
RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA	
RECEITAS CORRENTES	267.141	252.518	14.623	
Receita Tributária	78.003	78.686	(683)	
Receita de Contribuições	144.418	139.726	4.692	
Receita Patrimonial	8.774	10.116	(1.342)	
Receita Agropecuária	37	27	10	
Receita Industrial	275	243	32	
Receita de Serviços	15.419	14.331	1.088	
Transferências Correntes	165	96	69	
Outras Receitas Correntes	20.050	9.293	10.757	
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito	767.875	398.505	369.370	
Alienação de Bens	706.039	348.696	357.343	
Amortização de Empréstimos	22.739	15.002	7.737	
Transferências de Capital	11.512	12.330	(818)	
Outras Receitas de Capital	69	29	40	
	27.516	22.448	5.068	
Subtotal (1)	1.035.016	651.023	383.993	
Movimentação de Crédito	0	0	0	
Subtotal (2)	0	0	0	
Déficit Parcial	0	7.281		
TOTAL (1 + 2)	1.035.016	651.023	383.993	

FONTE - SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

DESPESAS				R\$ milhões
DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS INICIAIS E SUPLEMENTARES	1.033.028	607.953	425.075	
Despesas Correntes	293.504	243.521	49.983	
Pessoal e Encargos Sociais	58.977	58.119	858	
Juros/Encargos da Dívida	78.133	38.769	39.364	
Outras Despesas Correntes	156.394	146.633	9.761	
Despesas de Capital	734.804	364.432	370.372	
Investimentos	13.676	8.654	5.022	
Inversões Financeiras	12.125	10.985	1.140	
Amortização da Dívida	709.003	344.793	364.210	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.720	-	4.720	
CRÉDITOS ESPECIAIS	747	315	432	
Despesas Correntes	281	144	137	
Outras Despesas Correntes	281	144	137	
Despesas de Capital	466	171	295	
Investimentos	409	171	238	
Inversões Financeiras	57	-	57	
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	1.241	833	408	
Despesas Correntes	358	166	192	
Outras Despesas Correntes	358	166	192	
Despesas de Capital	883	666	217	
Investimentos	631	414	217	
Inversões Financeiras	252	252	-	
Subtotal (1)	1.035.016	609.101	425.915	
Superávit Parcial		41.922		

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIOS INICIAIS E SUPLEMENTARES			
	0	7.133	(7.133)
Despesas Correntes	0	6.031	(6.031)
Pessoal e Encargos Sociais	0	121	(121)
Juros/Encargos da Dívida	0	66	(66)
Outras Despesas Correntes	0	5.844	(5.844)
Despesas de Capital	0	1.102	(1.102)
Investimentos	0	850	(850)
Inversões Financeiras	0	184	(184)
Amortização da Dívida	0	68	(68)
CRÉDITOS ESPECIAIS	0	83	(83)
Despesas Correntes	0	79	(79)
Outras Despesas Correntes	0	79	(79)
Despesas de Capital	0	3	(3)
Investimentos	0	3	(3)
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0	65	(65)
Despesas Correntes	0	58	(58)
Outras Despesas Correntes	0	58	(58)
Despesa de Capital	0	7	(7)
Investimentos	0	7	(7)
Subtotal (2)	0	7.281	(7.281)
TOTAL (1 + 2)	1.035.016	616.382	418.633
SUPERÁVIT		34.641	

FONTE - SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: O superávit orçamentário identificado decorre da diferença positiva entre a receita e a despesa realizada.

7. A Receita Orçamentária Líquida alcançou o montante de R\$651.023 milhões, resultando em arrecadação inferior à previsão em R\$383.993 milhões. As Receitas Orçamentárias foram registradas pelo valor líquido, ou seja deduzidas as Restituições e os Incentivos Fiscais e que representaram 62,9% do valor arrecadado.

8. As Receitas Correntes participaram com 38,8% da Receitas Orçamentárias, cabendo às Re-

ceitas de Capital a complementação de 61,2%. Neste percentual estão incluídas as provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento e Resgate da Dívida Pública da União, totalizando emissão líquida de R\$325.369 milhões. Na tabela a seguir encontra-se demonstrado o desempenho das Receitas Correntes da União nos exercícios de 1999 e 2000.

RECEITAS CORRENTES	R\$ milhões			
	2000		1999	
	Valor	%	Valor	%
Receita Tributária	78.686	31,2	74.690	34,3
Receita de Contribuições	139.726	55,3	113.728	52,2
Receita Patrimonial	10.116	4,0	9.140	4,2
Receita Agropecuária	27	0,0	37	0,0
Receita Industrial	243	0,1	123	0,1
Receita de Serviços	14.331	5,7	11.483	5,3
Transferências Correntes	96	0,0	107	0,0
Outras Receitas Correntes	9.293	3,7	8.713	4,0
	252.518	100,0	218.021	100,0

FONTE - SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

9. A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$616.382 milhões, representando 59,6% do total de créditos autorizados para o período, sendo que nessa composição destacam-se as despesas financeiras, ou seja, Juros, Encargos e

Amortização da Dívida Interna e Externa, que totalizaram R\$383.696 milhões, perfazendo 62,2% da despesa da União. O comportamento das despesas realizadas em relação ao orçamento aprovado está demonstrado na tabela a seguir:

CRÉDITOS	R\$ milhões					
	2000			1999		
	Dotação	Execução	% Executado	Dotação	Execução	% Executado
Iniciais e Suplementares	1.033.028	615.086	59,5	609.338	562.970	92,4
Especiais	747	398	53,2	25.231	24.717	98,0
Extraordinários	1.241	898	72,3	1.149	849	73,9
TOTAL	1.035.016	616.382	59,5	635.718	588.536	92,6

FONTE - SLAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

10. Despesas com Pessoal e Encargos Sociais – Os gastos com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$58.241 milhões, representando 23,3% da categoria corrente, sendo que o Poder Executivo responde por R\$49.236 milhões.

11. A Lei complementar nº 101, de 4 de abril de 2000, estabelece que os gastos de Pessoal e Encargos Sociais da União não poderão exceder a 50% das receitas correntes líquidas, deduzidas das Transferências Constitucionais e outras vinculações, calculados para o período de 12 meses e na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida lei durante o exercício. Em cumprimento ao disposto na referida lei as despesas com Pessoal e Encargos Sociais atingiram 38,2% em 2000, situando-se, portanto, abaixo do limite estabelecido.

12. Despesas com serviços de terceiros – O artigo 72 da Lei Complementar nº 101, de 4 de abril de 2000, estabelece que essas despesas não podem ultrapassar em percentual a receita corrente líquida, a do exercício anterior à entrada em vigor da lei. Em cumprimento a esse artigo, as despesas com serviços de terceiros, nelas compreendidas: serviços de consultoria, outros serviços de terceiros – pessoa física, locação de mão-de-obra, arrendamento mercantil e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, atingiram 9,1% da receita corrente líquida do exercício, enquanto no exercício anterior o percentual foi de 10%.

13. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Os gastos do Governo Federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme definido no art. 212 da Constituição Federal, não po-

dem ser inferiores a 18% da receita líquida arrecadada dos impostos, obtida após a dedução das transferências constitucionais, mais as deduções para o Fundo de Estabilização Fiscal. Em cumprimento ao dispositivo constitucional, tais gastos, no exercício de 2000, incluídos todos os projetos e atividades que se enquadram nesta classificação, atingiram 29,5% da receita líquida mencionada, superior, portanto, ao limite mínimo estabelecido.

14. Ensino Fundamental – O § 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, determina que a União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, nunca menos que o equivalente a 30% dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal. Cumprindo integralmente a determinação constitucional, a aplicação de recursos destinados ao ensino fundamental atingiu 42,9%.

15. Saúde – De acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, os gastos com a saúde no exercício de 2000 teriam que ser superiores aos do ano anterior em 5%. Na realidade constata-se um crescimento nominal de 24,1%, haja vista que em 1999 foram gastos R\$16.332 milhões, e em 2000 atingiu R\$20.271 milhões.

16. Balanço Financeiro – demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

17. Em síntese, a Execução Financeira no exercício de 2000 assim se processou:

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ORÇAMENTÁRIOS		ORÇAMENTÁRIOS	
Receitas Correntes	1.939.775	Despesas Correntes	1.905.134
Receitas de Capital	252.518	Despesas de Capital	250.001
Transferências Recebidas	398.505	Transferências Concedidas	366.381
Correspondência de Débito	1.232.100	Correspondência de Crédito	1.232.100
	56.652		56.652
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	
Transferências Recebidas	903.181	Transferências Concedidas	926.601
Ingressos	560.280	Dispêndios	560.280
	342.901		366.321
DISPONÍVEL PERÍODO ANTERIOR	82.574	DISPONÍVEL PER. SEGUINTE	93.795
TOTAL	2.925.530	TOTAL	2.925.530

FONTE - SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

18. Balanço Patrimonial – essa demonstração ressalta a posição patrimonial do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e

obrigações, evidenciando o saldo patrimonial ou o patrimônio líquido da unidade gestora.

19. De forma resumida, assim se apresentou o patrimônio da União no exercício de 2000:

ATIVO		PASSIVO	
Financeiro	209.033	Financeiro	130.954
Não financeiro	1.092.829	Não financeiro	885.348
Ativo real	1.301.862	Passivo real	1.016.302
		Patrimônio Líquido	285.560
Compensado	514.798	Compensado	514.798
TOTAL	1.816.660	TOTAL	1.816.660

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

20. No exercício em análise o Patrimônio Líquido apresentou situação positiva no valor de

R\$285.563 milhões, revelando crescimento nos sub-

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2000		1999	
	Valor	%	Valor	%
Patrimônio/Capital	152.634	53,5	67.918	40,4
Reservas	7.082	2,5	5.844	3,5
Resultado Acumulado	125.847	44,1	94.258	56,1
TOTAL	285.563 1	100,0	168.021	100,0

FONTE - SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

grupos da composição do PL, conforme demonstrado a seguir:

21. O crescimento significativo do PL decorreu da variação de 124,7% no Patrimônio/Capital e também do crescimento de 33,5% do Resultado Acumulado identificadas nos Ministérios do Trabalho e Emprego, Educação e da Previdência e Assistência Social, respectivamente com 52,7%, 132,7% e 138,4%.

22. Demonstração das Variações Patrimoniais – O Balanço das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da União durante o período, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o Resultado Patrimonial. A tabela a seguir demonstra as variações patrimoniais da União em 2000 e 1999:

VARIAÇÕES ATIVAS	2000		1999	
	Valor	%	Valor	%
Orçamentárias	2.350.507	51,2	2.126.251	66,4
Receitas	651.023	14,2	606.416	18,9
Interferências Ativas	1.288.752	28,1	1.089.301	34,0
Mutações Ativas	410.732	8,9	430.534	13,4
Resultado Extra-Orçamentário	2.242.561	48,8	1.026.576	32,1
Receitas Extra-Orçamentárias	2.523	0,1	2.282	0,1
Interferências Ativas	1.769.073	38,5	622.769	19,5
Acréscimos Patrimoniais	470.965	10,3	401.525	12,5
Déficit			48.781	1,5
TOTAL	4.593.068	100,0	3.201.608	100,0
VARIAÇÕES PASSIVAS	2000		1999	
	Valor	%	Valor	%
Orçamentárias	2.344.820	51,1	2.099.307	65,6
Despesas	616.382	13,4	588.536	18,4
Interferências Passivas	1.288.752	28,1	1.089.301	34,0
Mutações Passivas	439.686	9,6	421.470	13,2
Resultado Extra-Orçamentário	2.132.134	46,4	1.102.301	34,4
Despesas Extra-Orçamentárias	2.278	0,0	2.389	0,1
Interferências Passivas	1.769.073	19,4	622.768	19,5
Decréscimos Patrimoniais	360.783	7,9	477.144	14,9
Resultado Patrimonial	116.114	2,5		
Superávit	116.114	2,5		
TOTAL	4.593.068	100,0	3.201.608	100,0

FONTE - SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

23. Em referência ao Resultado Patrimonial registrou-se, no exercício de 2000, um superávit de R\$116.114 milhões, revertendo o déficit de R\$48.781 milhões em 1999, resultante, basicamente de variação patrimonial, ou seja, acréscimos maiores que os decréscimos, notadamente quanto a reavaliações de bens móveis e imóveis e à inscrição de direitos a receber nos órgãos públicos, com relevância para o registro de atualização da dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

24. Finalmente, cumpre ressaltar que o presente Balanço deve ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Pedro Sampaio Malan**, Ministro de Estado da Fazenda.

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 207

Brasília, 3 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor
Ministro Pedro Pullen Parente
Digníssimo Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Brasília – DF

Senhor Ministro,
Cumprimentando-o, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, em atenção ao Aviso nº 234, de

14 de março de 2001, encaminhar o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, relativo ao exercício de 2000, conforme estabelece o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República.

A mensagem que acaba de ser lida vai ao Tribunal de Contas da União, de acordo com o disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 112, de 2001, de 6 do corrente, encaminhando as informações complementares, referentes aos quesitos 2 a 5 do Requerimento nº 547, de 2000, da Senadora Heloísa Helena.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 47/2001, de 10 do corrente, comunicando a aprovação, com emendas de redação, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2000 – Complementar (nº 23/99 – Complementar, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

(Enviado à sanção em 10 de abril de 2001).

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

OF./CAE/7/01

Brasília, 10 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor
Senador Jader Barbalho
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 334, **a**, do Regimento Interno, solicito a V. Ex^a que seja declarada a prejudicialidade da Mensagem nº 168, de 1997 do Senhor Presidente da República que “encaminha ao Senado Federal, termo aditivo ao contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro (RJ), com a garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados,” em virtude da mesma haver perdido a oportunidade.

Atenciosamente, – Senador **Lúcio Alcântara**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF./CAE/8/01

Brasília, 10 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor
Senador Jader Barbalho
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 334, **a**, do Regimento Interno, solicito a V. Ex^a. que seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 1998, que “autoriza a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município – LFTM/SBC, cujos recursos serão destinados ao pagamento da oitava parcela de precatórios judiciais, dos processos aqui nomeados, bem como de seus complementos da primeira à sexta parcelas,” em virtude do mesmo haver perdido a oportunidade.

Atenciosamente, – Senador **Lúcio Alcântara**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF./CAE/9/01

Brasília, 10 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor
Senador Jader Barbalho
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 334, **a**, do Regimento Interno, solicito a V. Ex^a que seja declarada a prejudicialidade da Mensagem nº 135, de 1994 do Senhor Presidente da República que “solicita autorização do Senado Federal, para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Mara-

nhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$79.000.000,00, destinados a reabilitação e conservação de rodovias naquele Estado,” em virtude da mesma haver perdido a oportunidade.

Atenciosamente, – Senador **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – As matérias a que se referem os ofícios serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO
Nº 8, DE 2001**

Altera a redação do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha seja aprovada previamente pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso IV do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, e a dos de missão diplomática de caráter transitório incumbida de negociar ou firmar tratados internacionais de criação de blocos econômicos ou de adesão a estes.
.....

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A adesão de uma Nação a bloco econômico e sua permanência neles é, modernamente, tema da maior magnitude. Seja no plano internacional, seja no plano da política interna, a integração econômica é, pela sua natureza avassaladora, algo que transcende ao que um dia convencionou-se chamar “política externa”.

Se é certo que nas democracias modernas incumbe exclusivamente ao Poder Executivo a condução da política externa, mediante o controle do Poder Legislativo, não é concebível que o Congresso Nacional brasileiro esteja alheio aos trâmites de negociação e assinatura de tratados internacionais vocacionados à adesão ou criação de blocos econômicos.

Os numerosos e diversificados temas eminentemente congressuais, por dizerem respeito ao dia-a-dia do cidadão-contribuinte e que derivam de forma instantânea do decisório dos blocos econômicos, por si só justificariam a ingerência do Poder Legislativo na escolha de nossos negociadores nacionais, conforme prevê o projeto.

A obsolescência da separação entre política externa e política interna, a partir dos blocos econômicos é fato que dispensa demonstração. Por conseguinte, não há por que ficar o Congresso Nacional alheio ao processo de tomada de decisões de tantas e tão conseqüentes repercussões, como as que ocorrem na construção das zonas de livre comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns e uniões monetárias.

A criação de uma zona de livre comércio hemisférica, como se antevê no projeto de criação da Alca, bem como eventuais mudanças no Mercosul, ou mesmo ainda um estreitamente comercial com a União Européia, são, por exemplo, passos que não podem prescindir de uma interação mais efetiva entre os Poderes Executivo e Legislativo, o que pode ser institucionalmente proporcionado pela presente proposta de emenda à Constituição.

Vale salientar que no Direito Constitucional comparado, a figura da outorga senatorial para escolha de negociadores como os aqui abrangidos não é nenhuma novidade, tendo recentemente o Senado norte-americano aprovado o nome do Sr. Robert Zoellik para ser titular do órgão encarregado da gestão do comércio exterior – USTR, United States Trade Representative estando, atualmente, sob a apreciação do Legislativo o nome de seu vice-encarregado, Sr. Peter Allgeier, também indicado pelo Presidente George W. Bush.

Cumpra também aduzir que o projeto procurou ser bastante abrangente, pois prevê tanto a negociação, como a firma de tratados, a vocacionação de blocos econômicos, o que, pelo Direito dos Tratados, constituem momentos distintos do ato jurídico complexo em que se constitui.

Destacando seu grande sentido de convalidação democrática, ao responsabilizar o Poder Legislativo, em setor tão vital das modernas relações interestaduais, e da própria condução da política interna, estamos convictos que o Projeto, sobretudo por sua oportunidade e conveniência, atende aos interesses nacionais.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2001. – **Osmar Dias**, Senador.

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

Nº , DE 2001

Altera a redação do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha seja aprovada previamente pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta.

Osmar Dias – Waldek Ornelas – Luiz Otávio – José Alencar – Casildo Maldaner – Wellington Roberto – Sebastião Rocha – Carlos Patrocínio – Fernando Matuzalem – Lúdio Coelho – Geraldo Candido – Ricardo Santos – Bello Parga – Roberto Requião – Ramez Tebet – Gilvan Borges – Álvaro Dias – José Eduardo Dutra – Lúcio Alcântara – Paulo Hartung – Tião Viana – Heloísa Helena – Sérgio Machado – Nilo Teixeira Campos – Ney Suassuna – Valmir Amaral – Bernardo Cabral – Eduardo Suplicy – João Alberto.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

Art. 52.* Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
IV — aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;
.....
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A proposta de Emenda à Constituição, que acaba de ser lida, está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 43/2001 – GLDPT

Brasília, 11 de abril de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a seguinte alteração na composição dos membros do Bloco Parlamentar de Oposição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

- Senadora Heloísa Helena: passa de suplente a titular.
- Senadora Marina Silva: passa de titular a suplente.

Atenciosamente, – **José Eduardo Dutra**, Líder do Bloco Parlamentar de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 188, DE 2001

Requeiro, na forma regimental, a inserção em ata de um voto de louvor ao Jurista Jorge Arakén Faria da Silva pelo recebimento do Troféu “Melhores da Advocacia Brasileira”, em solenidade realizada na Cidade de São Paulo, em 19 de março de 2001.

Requeiro, ainda, que seja enviada mensagem ao agraciado, dando conta dessa deliberação do Senado Federal.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2001.

Justificação

O Doutor Jorge Arakén Faria da Silva é um dos mais importantes nomes da história da Justiça na Amazônia brasileira.

Ao receber o galardão citado, viu reconhecidos seus grandes méritos de jurista e sua importante participação, como membro da sociedade civil, na causada implantação do Direito em uma das mais distantes e esquecidas partes do território nacional. Faz-se, assim, merecedor do reconhecimento desta Casa, símbolo da Federação e da integração nacional brasileira.

Senador **Nabor Júnior**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Encerrou-se o tempo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 596/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas;

– Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2000 (nº 111/95, na Casa de origem), que acrescenta artigo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2000 (nº 2.534/96, na Casa de origem), que faculta às gestantes o acesso a ônibus, cinemas e outros locais sem a utilização da catraca ou roleta, quando assim o exigir.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra V. Ex^a, como Líder, por cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero trazer ao Senado Federal, e de maneira muito especial à Bancada de Senadores pertencentes à Região Norte, um apelo para que possamos hipotecar solidariedade, aberta e incisiva, à Força Aérea Brasileira e ao Comando Militar da Aeronáutica, inclusive por uma situação histórica de reconhecimento da função social de integração nacional e de solidariedade para com os Estados da Amazônia brasileira.

Sr. Presidente, ao longo dos anos temos testemunhado as idas e vindas da Força Aérea Brasileira levando apoio logístico, insumos hospitalares, insumos para a atividade de construção de estradas, insu-

mos de apoio à gestão administrativa dos Municípios e dos Estados. Todo esse trabalho tem sido uma marca profunda que tem redundado em salvar milhares de vida na Amazônia, em entender o Brasil na sua essência, um País que detém a Amazônia como território e que precisa ser vivido como elo de integração entre seus povos. No entanto, ao longo dos anos, temos observado e acompanhado uma escassez progressiva de recursos para a Força Aérea Brasileira, para que ela possa operar com as suas aeronaves, para que ela possa ter o seu orçamento à altura de suas necessidades técnicas, operacionais e até estratégicas para a Região. Tenho insistido nesse debate, já fiz um alerta no ano passado, quando do contingenciamento de recursos orçamentários, quando da insensibilidade crescente que o Ministério do Orçamento e Gestão tem tido com essa questão.

Sr. Presidente, nos encontramos na seguinte situação: Estados isolados e distantes da Amazônia, como é o caso do Estado do Acre, que tem os seus Municípios impedidos de comunicação por meio de estradas, e que tem a possibilidade de se comunicar por via fluvial, gastando mais de quinze dias para ir de uma localidade a outra, só encontra no meio aéreo o transporte acessível e objetivo para a comunicação com aquela comunidade.

Tratei desse assunto junto ao Ministério da Aeronáutica, com a sensibilidade imparexpressa pelo comandante Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Almeida Batista. Mas, Sr. Presidente, nos deparamos com a sofrida realidade daquela região, ou seja, a escassez de recurso orçamentário impede a movimentação de aeronaves, seja em suas atividades operacionais comuns, seja em qualquer atividade de solidariedade à população da Região Norte.

Portanto, faço um apelo à Bancada da Região Norte: que nos movimentemos na direção de sensibilizar o Ministro do Orçamento e Gestão, Dr. Marthus Tavares, para que S. Ex^a entenda a necessidade desse movimento histórico de solidariedade e integração da Força Aérea Brasileira dentro da Região Norte, para que ela não sofra impactos desfavoráveis e que sejam constrangedores.

Sr. Presidente, dentro de poucos dias temos uma operação a ser feita em direção ao Município de Tarauacá, no Acre. Vamos inaugurar a primeira maternidade dentro de um Município e, evidentemente, precisaremos transportar 17 mil quilos de insumos hospitalares para prestar socorro a uma população em diversos aspectos de sua necessidade. Infelizmente, temos tido como resposta a escassez de re-

curso. E não é culpa do Comandante da Aeronáutica, não é culpa da Força Aérea Brasileira. A realidade é que os recursos liberados pelo Ministério de Orçamento e Gestão são escassos.

Sr. Presidente, o apelo que faço é para que o Ministério do Planejamento se sensibilize e entenda que uma movimentação técnica mínima e necessária tem que ser assegurada à Aeronáutica, preservando esse aspecto de solidariedade às populações isoladas tem que ser preservado.

Encerro esta parte da minha manifestação com este apelo, Sr. Presidente. Reconheço, enalteço e sou absolutamente grato à Aeronáutica pela maneira solidária, sensível e judiciosa com que tem tratado as necessidades da Amazônia, fruto de uma experiência vivida pelos comandos militares que têm, ao longo dos anos, testemunhado a dificuldade do isolamento socioeconômico das populações do interior. Portanto, espero que a resposta seja à altura.

Um outro ponto que mencionarei é a situação da saúde no Brasil. A Fundação Nacional de Saúde, de forma louvável, implantou critérios de avaliação da qualidade da vigilância epidemiológica nos Estados brasileiros, quais sejam, observação, controle e acompanhamento das grandes endemias diante de uma ação qualitativa por parte dos órgãos gestores. O resultado foi que o Acre ficou em último lugar na lista de avaliação da Funasa.

Quero louvar a atitude da Funasa, pois os critérios são corretos e bem estabelecidos. Se não são perfeitos, ajudam a apontar as dificuldades de controle e valorização da vigilância epidemiológica como o cérebro e o motor que qualquer gestor deve ter para a compreensão da saúde pública. No entanto, gostaria de apontar um erro, por parte da Funasa, na avaliação dos resultados globais: não se reconheceu que houve um processo de descentralização efetiva em vários Estados do Brasil.

O Acre deu um exemplo de descentralização ao passar para os Municípios a vigilância epidemiológica e muitas outras atividades. Então, se houve falhas no cumprimento de metas, normas, observações e registros de vigilância, elas foram estabelecidas por alguns Municípios.

No caso específico da dengue, o Acre foi o último Estado a ser vitimado pela epidemia e isso ocorreu em função de uma falha clara e objetiva da Prefeitura Municipal de Rio Branco, responsável pela condução da política de controle do *Aedes aegypti*, que não cumpriu com o seu papel. Assim, a epidemia começou a se instalar em janeiro de 2000, explodiu de

maneira moderada por volta de julho e agosto, e atingiu o descontrole pleno a partir de janeiro. No período de ocorrência mais grave da chamada "armadilha epidemiológica", entre os meses de julho e agosto, a responsabilidade pelo seu controle era unicamente da Secretaria Municipal de Saúde.

Faço este registro, louvando a ação estratégica e o critério que vai impor uma mudança de comportamento dos Estados em relação à Funasa, mas aponto esse erro de análise na conclusão do estudo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, por 20 minutos, por permuta com o Senador Ney Suassuna.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise no fornecimento de energia elétrica vem revelando sucessivas distorções num setor que é fundamental ao bem-estar social e ao desenvolvimento econômico. Desde que o País começou a discutir riscos iminentes de blecautes, apagões e racionamento, o Governo tem procurado eximir-se da responsabilidade por essa crise, justificando-a pela falta de chuva.

O nosso povo, com seu hábito de encarar tudo com bom humor, já questiona se Deus é mesmo brasileiro, já que não determinou ao seu Ministro, responsável pelas águas que caem sobre a Terra, que fizesse chover o suficiente para encher os reservatórios localizados ao sul do Equador. Mas, a questão é séria e grave, e o debate na mídia, no Parlamento e na sociedade organizada revelou que não será somente com chuva que se resolverá esse problema. Ele tem origem na negligência dos últimos Governos, que trataram o assunto com descaso e contaram unicamente com a natureza, ao invés de investirem em geração e transmissão de energia.

Agora, o que temos é o Governo anunciando medidas para economizar energia. O que todos já sabem, no entanto, é que não estamos livres de um racionamento que provocará desconforto aos cidadãos e prejuízos aos setores essenciais, como o setor da saúde e, por que não dizer, a todo o setor produtivo da nossa economia.

Nas semanas passadas, foi anunciado um conjunto de trinta e três medidas para reduzir o consumo em 10% e aumentar a oferta de energia em até 9%. São propostas cheias de boas intenções, mas com probabilidades mínimas de vingarem, portanto, fadadas a frustrar o nosso País.

Não será surpresa para nenhum de nós se lá para junho ou julho o Governo se render aos fatos e anunciar o racionamento que atingirá, sobretudo, as Regiões mais sofridas do País, como o Nordeste, e as áreas que ficam na ponta da linha de distribuição, como é o caso do meu Estado, o Espírito Santo.

Tenho acompanhado na mídia análises de especialistas sobre o assunto. É o caso do Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Mário Santos, e do Secretário de Energia de São Paulo, Mauro Arce, que fazem restrições às medidas e depositam suas fichas numa iminente decisão do Governo de racionar o fornecimento de energia.

Mário Santos reflete sobre essa realidade quando diz que "há um potencial forte, com o aumento de geração, de cobrir parte do déficit, mas isso não exige o Governo da necessidade de fazer um corte". Para Mauro Arce, "a situação, em termos probabilísticos, está caminhando para o racionamento."

De acordo com as medidas anunciadas, terão que ser disponibilizados 11 mil megawatts extras de energia até o fim do ano, pois essa é a margem de risco calculada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico para que o País possa enfrentar o período das secas, entre maio e novembro, e afastar o risco de desabastecimento de energia. Mas essas não são metas tão fáceis de se alcançarem. Para se ter uma idéia, esse número representa 15% de toda a capacidade instalada no País. O Governo estipulou prazo de noventa dias para que seja avaliado o impacto das medidas. Caso elas não surtam os efeitos esperados, a saída será o racionamento.

As perspectivas são no sentido de que os reservatórios cheguem a um nível de água correspondente a 36% ou 37% da sua capacidade até o fim deste mês. Se a previsão for confirmada, será preciso compensar a baixa dos reservatórios entre 12,5 e 13%, com o aumento de oferta e redução da demanda de consumo de energia.

A outra face da crise é a política de tarifas. Segundo o jornal **O Estado de S. Paulo**, a partir do último domingo, a Companhia Paulista de Força e Luz, a Cemig, a Cernat e a Enersul, que abastecem São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, num universo de aproximadamente nove milhões de consumidores, estão autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a aumentarem suas tarifas em índices que variam de 16,24% a 18,2%, quando a inflação medida pelo IGP-M nos últimos 12 meses ficou em 9,6%.

Trata-se, Sr. Presidente, de reajustes previstos nos contratos de concessão das empresas e autorizados anualmente. A impressão que fica – e não poderia ser outra – é que esses contratos não consideram outra coisa a não ser lucros exorbitantes à custa do consumidor.

O **Estadão** também mostrou, no último domingo, o Ministro de Minas e Energia, o nosso colega José Jorge, sentindo-se surpreendido com o aumento da ordem de 14,85% da tarifa de energia, imposto aos seus conterrâneos pela Companhia Energética de Pernambuco.

Com tantas distorções e informações que requerem maiores explicações, creio, pessoalmente, que poderá ser bastante esclarecedora para todos nós e para o País a vinda do Ministro à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado no próximo dia 17 de abril, terça-feira. Conhecedor desta Casa que é, S. Ex^a terá oportunidade de detalhar não só as medidas de economia de energia, mas também essa esdrúxula política de aumentos de tarifas muito acima da inflação e, é bom dizer, sem a contrapartida de investimentos no setor. Isso está muito claro.

Sr. Presidente, recentemente a reunião do Conselho Nacional de Desestatização, na semana passada, autorizou Furnas a retomar os seus investimentos que estavam suspensos havia três anos. E estavam suspensos – pasmem os Srs. Senadores! – por imposição do processo de privatização do setor. Essa decisão do CND embute mais um equívoco do Governo quando segurou por tanto tempo os investimentos na área, provavelmente na esperança de que o capital privado viesse para resolver todos os problemas do desabastecimento de energia do nosso País.

Ora, Furnas é empresa geradora, responsável por 43% de toda a energia consumida no nosso País, e atende principalmente à Região Sudeste, que tem alto consumo em função da presença de um expressivo parque industrial e está há três anos sem investir em expansão, tanto da geração quanto da transmissão. É curioso observarmos o que acontece no País: tivemos um crescimento de demanda de energia da ordem de 5% ao ano nos últimos dez anos. Portanto, essa é uma crise anunciada.

Assim, forçado por uma crise, o CND autorizou a empresa Furnas a investir R\$980 milhões este ano, o que representa quase 1/3 do que está previsto ser investido este ano pela Eletrobrás. Isso terá um impacto que já poderia ter ocorrido no nosso País nos anos anteriores, talvez minorando ou desviando o

Brasil dessa crise de abastecimento de energia que estamos na iminência de viver.

Desse conjunto de equívocos, extrai-se pelo menos uma conclusão: a escassez de energia forçou o Governo a perceber que o setor precisa de muito mais recursos do que foi investido nos últimos seis anos, período em que a média de gastos caiu quase a metade do que se investia há uma década.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concedo-lhe um aparte com muito prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Há muito tempo, nobre Senador, eu dizia que V. Ex^a, com muita inteligência e com muita propriedade, falava na hora certa sobre os assuntos que são prioritários neste País. E nada mais prioritário do que energia. A nossa matriz energética já deveria estar sendo cumprida há longo tempo. A crise é mais do que anunciada. Programamos termelétricas, minihidrelétricas, enfim, tudo está programado; mas com uma velocidade que não condiz com as reais necessidades do País. E, quando abrimos os olhos, já estamos diante da crise. É claro que, com engenho e arte, consegue-se fazer alguns milagres; mas não todos. Temos um programa de economia de energia – inclusive de não se usar a energia para se ter os picos que prevê a Aneel – no sentido de que se use cerca de dois milhões de bloqueadores. Com isso, o usuário comum teria uma redução de 20% na sua conta. Deveríamos estar muito avançados nesse ponto, mas, infelizmente, não estamos. Hoje, as seis empresas produtoras vêm a tempo forçando a barra, tentando se impor, mas isso é obrigação das concessionárias privatizadas. No entanto, fogem disso como "o diabo foge da cruz". Tudo isso somado às minihidrelétricas, às termelétricas, talvez tivesse dado cobertura, mas, como descuidamos, de repente, a porta já está arrombada. Solidarizo-me com V. Ex^a, dizendo que realmente esse é um assunto urgente, pois é a energia que move toda a estrutura da nossa indústria e do desenvolvimento do nosso País. Parabéns!

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Ney Suassuna, acolho o aparte de V. Ex^a, que contribui para enriquecer o pronunciamento e as informações que estou apresentando nesta tarde no Senado Federal.

Sr. Presidente, na semana passada, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado deu importante passo, aprovando o projeto do Senador Roberto Freire, que impede a privatização das

empresas públicas do setor de geração e transmissão de energia, a exemplo do que o Congresso Nacional já decidira em relação ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal.

Com essa iniciativa, o nosso Partido, o PPS, não se coloca contra a participação do capital privado no setor – é muito importante esse esclarecimento. Há que se observar, neste momento, que as atuais geradoras e transmissoras de energia devem continuar públicas, para evitar que uma privatização apressada, açodada, mal planejada agrave a crise atual.

Se há escassez de recursos, tanto públicos quanto privados para a área de energia, isso se dá, entre outros fatores, em função da instabilidade econômica internacional, mais especificamente das economias americana e argentina. Se há de certa forma carência de capitais, esse ponto deve integrar nossa reflexão ao discutirmos o setor elétrico.

Neste momento, o pouco dinheiro disponível, público ou privado, para investir no setor, em nossa visão, deveria ser direcionado à construção de novas geradoras e transmissoras não para financiar a venda daquelas que já estão operando. Gastar dinheiro agora com ativo velho, já existente, na minha opinião, é um equívoco brutal. Qualquer dinheiro novo, seja público ou privado, deveria ser direcionado para o aumento da geração de energia e a melhoria do nosso sistema de transmissão.

Em nome do meu Partido e em meu nome, quero sugerir destribuna ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que suspenda o processo de desestatização das empresas de energia, sobretudo de Furnas. Não por questões eleitorais. Estou acompanhando, por intermédio da mídia, que algumas forças políticas têm motivações eleitorais para essa proposta. Creio que não deve haver esse interesse por motivações eleitorais, mas por todas as dúvidas que envolvem a privatização do setor. Aí, sim, acredito que tenhamos razões substantivas pela divisão de opiniões dentro do próprio Governo sobre o assunto. Está claro e notório que o Governo está dividido em relação a essa matéria. A razão disso é o pragmatismo econômico que muitas vezes falta na decisão de dirigentes de setores públicos e privados, representado pela escassez de capital público e privado disponível hoje, no Brasil e em boa parte do mundo, nos países em desenvolvimento, para se investir em setores dessa natureza.

E vou mais adiante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: sugiro que o Presidente redirecione suas energias pessoais, que estão sendo gastas com o

modelo de privatização de Furnas, e as do seu Governo, para romper com o impasse do risco cambial — essa, sim, uma questão importante —, que hoje impede a construção das 49 termelétricas a gás em nosso País. A termelétrica é muito importante para o setor energético, porque pode regulá-lo, visto que pode funcionar a pleno vapor em momentos de escassez, em que os lagos das hidrelétricas estão vazios, ou com uma potência menor no momento em que os lagos estão com um bom nível de água.

Sugiro ainda ao Presidente designar uma missão oficial para ir à Califórnia. Isso é muito importante. Penso que este Parlamento também deveria designar uma comissão para ir à Califórnia ver de perto os efeitos de um processo de privatização feito, no mínimo, de forma açodada. Para mim, esse processo se deu de forma desastrada; basta ver o que está acontecendo na Califórnia no momento presente.

Espero que todos esses fatos lancem luz à vinda do Ministro José Jorge à Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima terça-feira. E que, diante dos esclarecimentos que S. Ex^a vem prestar ao Senado, possamos discutir novos caminhos a serem seguidos pelo País na retomada da capacidade de geração e transmissão de energia e evitar assim maiores transtornos aos cidadãos brasileiros.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Paulo Hartung, registro o meu apoio ao pronunciamento de V. Ex^a. Causou-me estranheza a manifestação que ouvi na imprensa de alguns Senadores da base governista em relação ao projeto de autoria do Senador Roberto Freire, que exclui as geradoras de energia elétrica do programa de privatização. O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois disso, alguns Senadores da base governista já se manifestaram no sentido de que irão, na Comissão de Assuntos Econômicos, detonar o projeto. Já ouvi, inclusive, a manifestação de um Senador que disse que iria pedir para relatar o projeto com esse objetivo. Quer dizer, o Congresso Nacional está-se recusando a discutir uma matéria tão importante, porque já se manifestou sobre a questão da desestatização uma vez, à época da votação do projeto de lei de conversão em relação à medida provisória que instituiu o Programa Nacional de Desestatização. Essa medida provisória foi encaminhada pelo então Presidente Collor, em 1990, e

foi aprovado um projeto de lei de conversão que excluía o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e as empresas que exerciam o monopólio. Havia um artigo, que, infelizmente, foi vetado pelo então Presidente Collor — e esse veto o Congresso não derrubou —, que determinava que o Congresso, a partir do momento em que o Executivo incluísse alguma empresa no programa e caso houvesse o entendimento de que esta deveria ficar fora do processo, poderia, mediante decreto legislativo, retirá-la do programa. Infelizmente, o ex-Presidente Collor vetou o projeto e o Congresso não derrubou o veto. Na época da privatização da Vale do Rio Doce, apresentei um projeto exatamente com esse teor, para que o Congresso, por intermédio de decreto legislativo, pudesse retirar alguma empresa que, em seu entendimento, não deveria ser privatizada. Esse projeto foi rejeitado aqui no Senado por uma diferença de quatro votos. Se considerarmos que, naquela ocasião, a maioria absoluta do Senado era governista, a diferença da votação mostrou que se tratava de um tema que o Congresso Nacional, particularmente o Senado, tinha interesse em discutir. Agora temos a oportunidade de fazê-lo, principalmente porque esse é um tema até mais estratégico do que o de outras empresas ou do que o da própria Vale do Rio Doce, que foi uma empresa que, na minha opinião, deveria ter sido evitada. Acredito que o Senado tem oportunidade de recolocar em pauta esse tema. Existem algumas iniciativas que correm paralelamente. Há um projeto de decreto legislativo de minha autoria e da Senadora Heloísa Helena, que está na pauta para o dia 25, que institui um plebiscito para a privatização da Chesf. Lembro-me de que, quando o apresentamos, o atual Presidente do Senado, Senador Jader Barbalho, foi à tribuna e disse que iria propor uma emenda para que esse plebiscito também abrangesse a Eletronorte. Existe o projeto do Senador Roberto Freire. Vejo que o Senado, de posse desses projetos, tem a oportunidade de escolher um caminho para que o Congresso Nacional, particularmente o Senado, traga essa discussão para cá. Sabemos que, se a discussão ficar na roda dos tecnocratas do Governo, que têm uma visão meramente monetarista e imediatista do processo — o argumento é de que, se não venderem Furnas, não vão cumprir o acordo com o FMI ou coisa do gênero —, vão acabar vendendo. Então, penso que o Senado tem a oportunidade, seja por intermédio do projeto do Senador Roberto Freire, seja por meio do nosso projeto, de restabelecer uma discussão mais de acordo com os interesses da Nação em relação ao processo de privatização. Portanto, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Obrigado, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Paulo Hartung, apóio o pronunciamento de V. Ex^a e aproveito a oportunidade para anunciar, desde já, independentemente da posição que a Bancada governista venha a adotar nesta Casa – Bancada que integro por intermédio do PSDB –, a nossa postura favorável às sugestões de V. Ex^a. Também sou autor de um projeto – e aproveito este aparte para pedir encarecidamente que se dê agilidade a ele – que institui o plebiscito quando se tratar de privatização de empresas estratégicas do setor de energia elétrica e água. Parece-me que esse projeto está com o Senador Jefferson Péres para ser relatado. Creio se tratar de mais uma contribuição para esse debate e mais um instrumento que pode ser utilizado nesta Casa com o objetivo de conter esse processo de privatização de um setor estratégico e fundamental para o futuro deste País. Faço este aparte apenas para aduzir essas informações, inclusive sobre o projeto que tramita, e para fixar, desde já, a nossa posição em relação ao assunto.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Ouço, com muito carinho, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Também traço a minha integral solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a, que foi muito feliz na exposição que fez.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Muito obrigado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não posso aceitar a idéia de que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os Parlamentares tenham sido surpreendidos pelo projeto do Senador Roberto Freire e o tenham aprovado sem a devida preocupação. Apenas a enunciação da ementa já dispensa a necessidade de discussão. Não resta mais nenhuma dúvida, nenhuma interrogação, não há que se ler mais nenhuma linha. Enuncia-se a ementa, vota-se o projeto, e todo mundo sabe do que se trata. Então, é impossível afirmar que algum Parlamentar tenha votado a favor sem se dar conta do que tenha votado. Por outro

lado, o Presidente da Comissão, Senador Bernardo Cabral, é mais do que responsável. Trata-se de uma pessoa tranqüila, competente. Ao colocar matéria dessa importância em votação, S. Ex^a fez questão de chamar a atenção dos Srs. Senadores para que to dos considerassem a relevância da matéria que estava sendo votada. Essa foi uma das oportunas e felizes decisões daquela Comissão. Essas decisões não são muito assíduas; não é muito freqüente uma posição do Senado como aquela, que foi importante. Mas estamos tão em baixa, que a imprensa já noticia, com a maior tranqüillidade, que o Governo vai agir e os Senadores vão mudar o voto na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu não acredito nisso; sinceramente, não acredito. Penso que vamos manter o voto na Comissão de Assuntos Econômicos e que a matéria terá aprovação tranqüila nesta Casa. V. Ex^a diz que, até no Executivo, há uma tremenda discussão; há polêmica, há dúvida sobre a matéria. Ainda que não votemos, não privatizemos agora, correndo, como querem, não estaremos proibindo que ela venha a ser privatizada daqui a dois, três ou quatro anos. Mas, se privatizarmos agora, não haverá mais saída. Então, no meio desse debate, no meio dessa discussão, o normal é aprovarmos o projeto. E, com todo o respeito aos projetos de outros Senadores que falam em plebiscito ou coisa que o valha, penso que o melhor é aprovarmos imediatamente a resolução do Senador Roberto Freire, porque, votando, está decidida a matéria. Não podemos esperar, porque, senão, vai acontecer como no caso da Vale do Rio Doce: estávamos aqui para discutir a moção do Líder do PT, e, na hora de votarmos, pediram a transferência da votação; em meio a essa transferência da votação no plenário, privatizaram a Vale do Rio Doce. Por isso, é muito difícil que os Senadores não dêem seus votos favoráveis, principalmente, repito, porque votar para privatizar é uma pá de cal que não tem volta. Pedir para não privatizar agora não impede que, daqui a dois ou três anos, no próximo Governo, haja uma fórmula diferente. Estou tranqüilo quanto ao resultado dessa votação, com toda a sinceridade. Não é apenas uma questão política o debate que está em jogo, diz bem V. Ex^a, mas não tenho nenhuma dúvida de que hidrelétrica é rio; rio é água; água é do interesse de toda a sociedade, de todo o País. Não vejo como privatizar, entregar às multinacionais a empresa hidrelétrica. E como ficamos com o comando e o controle dos rios? Não é à toa que, no resto do mundo, a hidrelétrica pertence ao Estado. Por isso, meus cumprimentos! Também aqui, como fez o Senador do Paraná, antecipo o meu voto

favorável à votação da proposição do Senador Roberto Freire.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Pedro Simon, eu queria agradecer e acolher seu aparte, que enriquece o pronunciamento que faço nesta tarde.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concedo, com muita alegria, um aparte ao nosso ex-Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a fez um pronunciamento excepcional sobre o momento que estamos vivendo na área energética. V. Ex^a apresenta soluções e conclusões. Desse modo, em primeiro lugar, eu queria congratular-me com V. Ex^a pelo seu discurso.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Posteriormente, queria dizer que estou de pleno acordo com os apartes que lhe foram dados e que o Senador Pedro Simon abordou, com propriedade, o assunto. O Governo deve ser alertado pelos seus Líderes e pelas suas Bancadas a respeito da situação que atravessamos: não só dos problemas energéticos, mas também das dificuldades políticas para se fazer, agora, uma privatização. Não sou contrário às privatizações.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Essa é também a minha posição.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a aborda muito bem esse assunto. Ninguém é contra a privatização, mas, neste momento que vive o País, a proposição do Senador Roberto Freire é extremamente válida. Dei o meu voto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o darei no plenário. E pediria aos Líderes do Governo, inclusive do meu Partido, que alertassem o Senhor Presidente da República para as dificuldades políticas – além das técnicas – que ele terá para privatizar, neste momento, seja Furnas, Chesf ou Eletronorte. Ele não poderá enfrentar a vontade popular, e os seus conselheiros levam a isso. Desse modo, os Líderes políticos têm a obrigação de dizer ao Presidente que o povo, no momento, não deseja isso e que, futuramente, ele terá oportunidade de ver, quem sabe, Furnas e as demais empresas privatizadas. Mas o momento não permite que se privatize. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso!

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Antonio Carlos Magalhães, agradeço e acolho, com carinho, o aparte.

Sr. Presidente, já excedi bastante o tempo regimental...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concedo-me um breve aparte, Senador Paulo Hartung?

O Sr. Antero Paes de Barros (Bloco/PSDB – MT) – Concedo-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Primeiramente, concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me também cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Ex^a que seja breve. O orador já excedeu em 12 minutos o seu tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Serei brevíssimo, Sr. Presidente. Desejo manifestar, na mesma direção de V. Ex^a, Senador Paulo Hartung, minha preocupação não apenas com o processo de privatização de Furnas, já que o Governo do Estado de São Paulo está considerando a privatização da Cesp, Centrais Elétricas de São Paulo, que está sob seu controle. Por razões semelhantes às que V. Ex^a está mencionando, todo o diagnóstico aponta que essa medida não deveria ser levada adiante. Teremos a oportunidade de dialogar com o Ministro de Minas e Energia, que virá a esta Casa.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, o Senador Antero Paes de Barros usará o final do meu tempo, uma vez que já havia pedido o aparte.

O Sr. Antero Paes de Barros (Bloco/PSDB – MT) – Senador Paulo Hartung, serei brevíssimo também, porque sei da exiguidade do tempo. Desejo apenas cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que sou de um Estado onde a privatização do setor elétrico deu certo. Mato Grosso viveria às escuras, se não o tivesse privatizado. Portanto, não vai aqui a posição de quem é contra a privatização; ao contrário, sou a favor dela. Sou a favor do Estado indutor, controlador, mas entendo que este momento não é adequado. Ainda anteontem, no programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo de Televisão, um técnico afirmava que, se não fosse Furnas, se não fosse a possibilidade de o setor estatal intervir, já haveria racionamento hoje. Quer dizer, neste momento, o setor público não pode

abrir mão de um instrumento poderoso, de posse do Estado, para evitar o racionamento. Penso que é muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a e, por isso, gostaria de cumprimentá-lo.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Acolho e agradeço o aparte.

Queria, mais uma vez, avisar aos Senadores e Senadoras que o Ministro, nosso Colega, estará na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Infra-Estrutura e na Comissão de Fiscalização e Controle, justamente para debater todos esses assuntos que eu trouxe à tribuna do Senado Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me ainda registrar que a privatização da Cesp, Centrais Elétricas de São Paulo, deve ser objeto de maior precaução. No meu entender, ela não deveria acontecer, ainda mais nos moldes e termos que estão sendo considerados.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Agradeço a atenção e os apartes. Penso que podemos aprofundar essa discussão na reunião, com a presença do Ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por 20 minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, pedindo desculpa ao orador por essa ligeira interrupção.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pela ordem.) – Quero apenas dizer que, conforme a lista dos oradores, sou o terceiro inscrito. O último orador foi o Senador Paulo Hartung, e, agora, foi dada a palavra a um amigo, o Senador Ney Suassuna.

Estou aqui na expectativa, na fila, com humildade, mas surpreendido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Explicarei a V. Ex^a, Senador Francelino Pereira. O primeiro orador inscrito era o Senador Jader Barbalho; houve uma permuta com o Senador Paulo Hartung. O segundo orador, que era o Senador Paulo Hartung, permutou com o Senador Ney Suassuna. V. Ex^a é o terceiro orador, cuja posição está garantida na ordem de inscrição dos oradores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para retificar, quero dizer que eu era o inscrito e estava cedendo lugar ao Senador Jader Barbalho; como S. Ex^a não usou da palavra, retornei e troquei com o Senador Paulo Hartung, que estava em segundo lugar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tocando ainda no assunto que acabou de ser encerrado tão brilhantemente pelo Senador Paulo Hartung, quero dizer que esses bloqueadores são utilizados para um acordo entre os consumidores e as empresas distribuidoras. O consumidor diz previamente que não usará os aparelhos elétricos em determinada hora e usa o bloqueador para isso; caso insista, automaticamente o aparelho se desligará, gerando uma redução de 20% na sua conta. Mas isso não tem sido divulgado pelo Brasil. Qualquer cidadão que queira colocar o bloqueador pode fazê-lo, inclusive ajudando o Brasil a superar a crise e diminuindo a sua conta elétrica em 20%. As empresas distribuidoras têm a obrigação de investir 1% de sua receita nisso, mas fazem de conta que não têm essa obrigação, porque não querem dar o desconto aos consumidores.

Era essa a explicação que eu gostaria de dar antes de entrar no assunto que vou abordar hoje: a crise argentina.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise argentina, que se vem arrastando e se agravando há pelo menos dois anos, acelerou-se nas últimas semanas, e seus novos desdobramentos trazem perigosas implicações para o Mercosul e, em especial, para o Brasil.

Há 10 anos, o Ministro Domingo Cavallo dominou a crise daquele país, a da hiperinflação. Foi saudado, então, como herói. Seu plano de rígida e eterna paridade do peso com o dólar funcionou bem durante algum tempo, e a Argentina atravessou, em boa forma, a maior parte da década de 90, muito ajudada pelo real forte, que também estava artificialmente valorizado.

Mas o remédio da paridade do peso, ele próprio, veio atuando como sutil veneno. Aos poucos, foram-se insinuando na economia argentina a falta de competitividade, o desemprego, o baixo crescimento, o desequilíbrio fiscal. Nos últimos meses, a crise piorou. Nem uma ajuda de emergência do FMI conseguiu deter a degringolada. A baixa credibilidade internacional ameaçava detonar a qualquer momento uma corrida especulativa, precipitando a quebra do país, que já era mais ou menos visível no horizonte.

Diante disso, foi novamente convocado, como salvador, o Ministro Domingo Cavallo. Uma das medidas que tomou, para injetar competitividade nas empresas argentinas, foi a de facilitar a importação de bens de capital, baixando sua alíquota de importação para zero. Ora, isso afeta diretamente o Mercosul e, principalmente, o Brasil, mesmo que a medida se limite a bens de capital, isto é, máquinas.

Num primeiro momento, parecia que esse impacto poderia ser tolerado tanto pelo Mercosul como pelo Brasil, tudo em nome de se salvar a Argentina de um mergulho no caos, possibilidade altamente indesejável para seus parceiros do Mercosul.

Trata-se do seguinte: o Mercosul é uma união aduaneira e, como tal, alinha seus países-membros segundo a mesma tarifa de importação de mercadorias de terceiros países, enquanto os produtos, dentro do bloco, circulam livres de impostos. Cabe lembrar que, na progressão de integração entre países que formam um bloco, o grau mais fraco é a zona de livre comércio, de tarifa zero entre os países do bloco; o grau mais forte é o Mercado Comum, de corte europeu; o grau intermediário é onde se encontra agora o Mercosul, o de união aduaneira.

A Argentina, com seu novo pacote econômico de março, com a tarifa zero generalizada de importação, mudou unilateralmente as regras da união aduaneira do Mercosul. O Ministro Cavallo fez ao Brasil uma visita de um dia, para se explicar e pedir apoio. O Brasil concordou em sacrificar-se, temporariamente, e sacrificar também o Mercosul, para salvar a Argentina da crise.

O sacrifício do Brasil é óbvio: com tarifa zero disponível para todos os países do mundo que queiram vender equipamentos e máquinas à Argentina, nossas exportações, antes protegidas dentro do Mercosul, certamente sofrerão. A Argentina é o principal comprador de máquinas e equipamentos produzidos pelo Brasil. E vejam que a balança já estava inteiramente desequilibrada. Compramos da Argentina US\$5,8 bilhões e para ela vendemos, no ano passado, apenas US\$1,8 bilhão. Mesmo assim, haveria mais um desequilíbrio.

Passados alguns dias, ficou bem caracterizado que a agressão argentina aos interesses brasileiros era bem maior do que aquele impacto inicial que estávamos dispostos a absorver. A movimentação do Ministro Cavallo e o detalhamento do seu pacote econômico apontam para um princípio de desmonte do Mercosul e para um prejuízo para nossas exportações superior ao que transparecia nas explicações

iniciais do Governo argentino sobre as medidas emergenciais.

O Brasil foi surpreendido pela informação de que a lista dos produtos brasileiros prejudicados iria incluir equipamentos de informática e telefones celulares, o que seria muito duro para nós. Fizemos uma pressão tão grande, que retiraram da lista os equipamentos de informática e os telefones celulares. Isso aumentaria de muito o prejuízo brasileiro em relação às estimativas iniciais. Seriam mais de US\$620 milhões de perda para o Brasil, porque estavam classificando computadores e celulares como bens de capital, quando, na verdade, são apenas bens de consumo durável, segundo os acordos que regem o Mercosul. Ainda bem que, quanto a esse item, voltaram atrás.

Além disso, está se configurando uma aproximação da Argentina e dos Estados Unidos, com implicações estratégicas gravíssimas para os interesses do Mercosul e do Brasil.

O primeiro sinal de que o Brasil acordou para o perigo é o cancelamento da viagem que o Presidente Fernando Henrique Cardoso faria à Argentina em 16 e 17 de abril. Seu principal objetivo seria revitalizar as relações entre os dois principais parceiros do Mercosul. Mas as manobras do superministro Cavallo, que parece ser, no momento, o condutor principal das posturas e diretrizes do Governo argentino, são tão adversas aos interesses brasileiros, que a visita presidencial deixou de fazer sentido.

Aproximação Argentina-Estados Unidos surge de quando em vez, ao que parece, sempre que o Brasil recusa a conceder eternamente à Argentina um superávit comercial, ou seja, financiar o desenvolvimento argentino. Agora, porém, essa aproximação tem um sentido mais ameaçador: é, no mínimo, o risco de que nosso principal parceiro de Mercosul tome o partido do Governo norte-americano na preferência por acelerar a entrada em vigência da Alca, a Área de Livre Comércio das Américas, o que não interessa ao Brasil. Ontem, recebemos informações de que iriam repensar também sobre essa questão, mas falaram, por muito tempo, da possibilidade de adotar datas diferentes da nossa em relação à Alca. E como é o nosso principal parceiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não nos interessa que eles estejam mal. Queremos o bem da Argentina, mas isso não pode significar o sacrifício desmesurado para o nosso Brasil.

Precisamos ter mais certeza com relação à Argentina. É duvidoso que a Argentina possa levar alguma vantagem, caso sua aproximação bilateral com

os Estados Unidos venha a se concretizar. O que a Argentina tem a vender – petróleo, trigo, automóveis, autopeças, produtos de informática – dificilmente os Estados Unidos comprariam, principalmente com a vigência da famosa paridade peso-dólar.

Brasil e Argentina parecem estar, no momento, com visões divergentes. A Argentina evidencia querer recuar do que já foi consolidado no Mercosul. Ao Brasil, ao contrário, interessa aprofundar o Mercosul, torná-lo um verdadeiro bloco unido, um verdadeiro Mercado Comum.

Quanto a acordos bilaterais negociados entre Argentina e Estados Unidos, a Agência Estado, em notícia de 4 de abril, divulgou afirmação do Sr. Félix Peña, ex-Secretário de Comércio Exterior da Argentina, de que não existiriam tais acordos, procurando tranquilizar a jornalista que o entrevistava. Mas, ao mesmo tempo, pelo teor de seus demais comentários, fica claro que ele defende para o Mercosul um retrocesso ao formato de mera zona de livre comércio. Quanto ao Ministro Cavallo, esse nunca escondeu nem esconde que prefere para o nosso bloco esse **status** reduzido.

A mesma Agência, no mesmo dia, divulgou entrevista com o presidente da Associação de Empresas Brasileiras para a Integração no Mercosul (Adebim), Sr. Michel Alaby, que definiu os eventos das últimas semanas como caracterizadores da falta de coesão do Mercosul. Ele defendeu a tese de que, caso a Argentina adote uma postura de negociar um acordo bilateral com os Estados Unidos, o Brasil deveria buscar também o seu próprio entendimento individual com Washington.

Ora, esse seria um mau roteiro para o Brasil. Desaprovamos acordos bilaterais firmados entre Argentina e Estados Unidos com o objetivo de enfraquecer o Mercosul e alijar o Brasil de discussões fundamentais em termos de política estratégica para a América Latina. O Senado Federal e o País precisam estar alerta para a gravidade de uma evolução nesse sentido.

O fortalecimento do Mercosul é o que nos interessa. Essa é a base da estratégia de inserção do Brasil na economia globalizada, já que o bloco nos dá mais peso nas negociações internacionais.

Depois do cancelamento da viagem de nosso Presidente da República à Argentina, o Ministro Cavallo ensaiou um recuo e vem afirmando que acatará as definições dos acordos vigentes no Mercosul, principalmente em relação à telefonia celular e aos computadores. Mas não nos restam dúvidas sobre a la-

mentável tendência existente: hoje, a Argentina tende a enfraquecer o Mercosul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Mercosul precisa de uma visão de estadista por parte dos governos de seus países-membros. Uma visão que permita superar interesses internos, até legítimos, para aprofundar a integração, e não enfraquecê-la. Quando o Mercosul nasceu, houve essa postura de estadistas por parte de seus proponentes. Agora, é necessária a mesma postura para fazer crescer o Mercosul e avançar em direção às suas grandes metas.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, nobre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Ney Suassuna, manifesto-me em relação a esse assunto não só porque participo como membro da Comissão do Mercosul no Congresso Nacional, mas porque o meu Estado de Santa Catarina faz limite com a Argentina, mais precisamente com a província de Misiones, o que favorece a convivência entre catarinenses e argentinos – já se fala oportunol e há essa interligação praticamente diuturna, e também porque a idéia do Mercosul é aquilo que V. Ex^a prega. A idéia não é competirmos entre nós quer no campo cultural, diplomático, quer nas trocas de mercadorias. Não, em absoluto! A idéia é nos irmarmos, termos parcerias, para, juntos, podermos conversar com mais força com outras organizações internacionais, a exemplo do Mercado Comum Europeu e do Nafta. Não há a menor dúvida de que, sozinhos, não teremos condições de dialogar e de nos proteger. Há um ditado que diz que "uma andorinha só não faz verão". Essa é a idéia fundamental. Por isso, os avanços entre nós, em relação a trocas de mercadorias e ao reconhecimento dos cursos, por exemplo. Quem é advogado aqui poderá ser advogado no Paraguai, no Uruguai, na Argentina. Com o preenchimento de certos requisitos, em pouco tempo, nossos médicos também poderão atuar nesses países. São possíveis algumas adaptações nos Códigos de Processo Penal e Civil, facilitando a interligação no campo do capital, do trabalho, e assim por diante. Esse é o grande papel. Essa é a finalidade, para termos mais condições de conversar com as outras potências. Não há a menor dúvida. Acredito também que, com o tempo, vamos estar juntos na Alca, mas temos de ir devagar agora. Como diz o Ministro da Agricultura, a situação fica difícil se só eles venderem para nós e nós não vender-

mos para eles. Faz-se necessário um certo resguardo. Por isso, a organização do Mercosul é importante. Torçamos, então, para que o Paraguai vá bem, para que a Argentina melhore, e para que, daqui a pouco, mais alguns países da Cordilheira dos Andes possam participar conosco de um entendimento maior. Com o tempo, formaremos um tripé: o Oriente, o Mercado Comum Europeu e as três Américas que seria a Alca. Mas mais tarde. Agora não dá mesmo. Não dá.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Exatamente.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Por isso, neste momento, a finalidade do Mercosul é a autoproteção: não devemos brigar ou concorrer, mas buscar mais condições de dialogar com as potências do mundo inteiro. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Casildo Maldaner. A linha do meu discurso é nesse sentido, e V. Ex^a me deixa muito feliz com o seu apoio, porque realmente é isto que precisamos fazer. Não nos interessa a concorrência, que já custou muito caro à Argentina e ao Brasil. Quando tínhamos os governos militares, a concorrência quase levou cada país a ter uma bomba atômica. A concorrência era tal que a primeira hipótese de guerra estudada pelos nossos militares seria com a Argentina. Descobrimos, naquela época, que a Argentina tinha um acordo secreto com a Venezuela, com a Colômbia, com o Peru, com quase todos os países, com exceção do Chile, que era nosso único parceiro na América do Sul. Isso era ruim, porque nos levava a um conflito; tudo nos levava a um conflito.

Já temos uma diferença de temperamento muito grande. Os colonizadores portugueses vieram com duas bandeiras: Deus e ouro; os espanhóis vieram com três bandeiras: Deus, ouro e glória, e esse último componente sempre levou os nossos vizinhos a serem mais esquentados, mais sangüíneos talvez seja essa a palavra. Numa revolução argentina, por exemplo, com um terço da população que tínhamos, morreram quase trinta mil pessoas; numa revolução brasileira, morreram duzentas pessoas. Então, essa é a diferença entre os nossos povos. Temos de tentar mudar um pouco esse tipo de comportamento para que nos aproximemos ao máximo, porque é isso que os nossos países e os nossos povos querem. Não nos interessa buscar divergências, mas pontos de similitude. Nesse sentido, sabemos que a Argentina não pode ir mal; queremos que ela vá bem.

Outro dia, eu estava na Argentina e tentei ser empático em relação à situação dos argentinos: estão

sem a sua companhia aérea e estão sem a companhia de eletricidade, que foi vendida. Até fizeram uma broma, como dizem eles: primeiro, tinham que enfrentar o Chile; agora, basta desligar o interruptor. Isso porque o Chile comprou a companhia de eletricidade deles. Então, coisas como essas fazem com que os argentinos estejam infelizes diante dessa crise. Nós devemos estar solidários, mas também não podemos pagar um preço desmesurado.

Assim, estejamos atentos para auxiliar os nossos irmãos do Sul, sim, porque eles são os nossos principais parceiros, mas o preço não pode ser o sacrifício da nossa população. Nós temos um limite e, dentro dele, o Congresso Nacional tem de estar pilotando, aconselhando, orientando para que nos posicionemos.

Peço que todos os Srs. Senadores nos acompanhem nesse pilotar de uma crise que poderá ser muito prejudicial ao Brasil, ao Mercosul e a todo o continente sul-americano.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira, por vinte minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo com uma indagação: o que poderá ocorrer com a economia brasileira a partir de janeiro de 2006, quando estiver dando os seus primeiros passos a Área de Livre Comércio das Américas, a Alca?

O assunto pode parecer distante, remoto. Não é. É urgente. É próximo. É mesmo uma questão doméstica. A vida de cada um de nós, cada vez mais, depende do que se passa no resto do mundo. E é com esse alerta sobre a urgência e a proximidade que volto ao tema da proposta área de livre comércio, a Alca, que será uma realidade muito brevemente. Não podemos perder tempo.

Desde que venho tratando do tema, nesses últimos três anos, muitas decisões foram tomadas pelos 34 países que compõem a Alca. Diversas reuniões foram realizadas em muitas capitais, uma delas em Belo Horizonte, no Palácio das Artes, da qual participei ativamente.

Nos últimos dias, houve novidades: esteve recentemente a idéia norte-americana de antecipar o início da Alca para 2003. Essa idéia, aliás, deveria ter sido um dos temas do encontro do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o Presidente Bush na recente viagem

donossoPresidente aWashington. Mas as conversações ficaram mesmo para Buenos Aires.

O Brasil opunha restrições à antecipação da Alca para 2003, proposta pelos Estados Unidos, sob a alegação principal de que nossa economia interna ainda não estaria preparada para uma concorrência externa, num novo mercado muito mais fortemente competitivo.

Na última semana, em Buenos Aires, tudo parece ter sido acertado. Felizmente a definição do calendário para a implantação desse organismo saiu como o Brasil pretendia. O desfecho acabou sendo satisfatório para todo o Continente. Parece tudo bem, mas não devemos baixar a guarda.

Hoje, mais do que nunca, se debate tudo instantaneamente, **on line**. Nenhum de nós pode se furtar a esses movimentos que nos vêm de todas as direções, sobre todas as fronteiras. É o vasto mundo dentro de casa. E é justamente aí, mais do que nunca, que precisamos garantir os nossos sentimentos, a nossa nacionalidade, a nossa cultura e o nosso modo de ser.

Definidas as datas do livre comércio, urge concentrarmos-nos no papel a ser desempenhado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

O Brasil deve permanecer atento, notadamente quanto ao aspecto tarifário a vigorar para o ingresso de produtos da nossa indústria no mercado norte-americano.

Em abril de 1998, fiz referência a esse aspecto, em discurso que pronuncie neste plenário. Lembrei a posição da diplomacia brasileira, contrária aos acordos parciais. O risco adviria das diferenças, em peso financeiro e tecnológico, das partes envolvidas.

A indústria brasileira, nessa hipótese, poderia expor-se a uma competição altamente predatória. Sustentei, por isso, que a liberação econômica jamais poderia ser unilateral, em detrimento dos países em desenvolvimento.

Mantenho a mesma posição em relação a acordos parciais, como os que recentemente foram acenados – primeiro, pelo Chile e, a seguir, pela Argentina. Felizmente, não prosperaram.

Creio que a firmeza do Brasil nesse particular desestimulou essa prática, culminando os países-membros da Alca pela adoção de uma única direção.

A despeito das definições já acertadas, é preciso que permaneçamos atentos no acompanhamento dos estudos das consequências da liberalização econômica. Nossa diplomacia e o Congresso Nacional devem ficar de sobreaviso quanto às políticas econô-

micas adicionais que eventualmente venham a ser adotadas, principalmente nos Estados Unidos. Medidas desse tipo, como lembrei nos discursos anteriores, afetam diversos produtos da pauta de exportação brasileira para o mercado norte-americano.

Por isso, insisto: nenhuma política protecionista pode perdurar, como ainda ocorre, principalmente nos Estados Unidos, onde também impera um perverso sistema de cotas a título de contemplar-se o mundo inteiro.

E digo mais: o Brasil não pode contemplar apenas a Área de Livre Comércio das Américas. Ele precisa voltar-se também para a Comunidade Européia, para a Ásia e para a África. Há poucos dias, passou por aqui o Primeiro Ministro da França, Sr. Lionel Jospin, com mensagens e propostas da Comunidade Européia mais vantajosas para o Brasil do que as promessas da Alca.

Neste momento está no Brasil o Presidente Jiang Zemin, da China, numa viagem de aproximação com os países da América do Sul. O Brasil, indiscutivelmente, tem um grande papel a preencher na agenda global e dela não poderá escapar.

O momento reclama muitas providências, inclusive as da iniciativa privada para a melhoria da produtividade. É chegada a hora de uma conjugação de esforços em defesa dos itens da nossa indústria e também dos produtos primários oriundos da agricultura brasileira.

É fácil avaliar o que representa o fabuloso mercado norte-americano, de 280 milhões de pessoas, e, ao lado dele, o mercado dos demais países da Alca, isto é, das três Américas.

Nossa indústria eletrônica e de informática, incluindo telefones celulares, será obrigada, a partir do livre comércio, a medir forças com itens equivalentes, produzidos na quele país, hoje com preços bem inferiores aos nossos.

Sabemos que é preciso modernizar nosso sistema produtivo. Essa é uma condição básica para que o Brasil desponte como um país em condições de competir na busca de mercado para os nossos produtos. Sem mais perda de tempo, é necessário examinar o que o Congresso Nacional pode fazer nesse terreno.

De imediato, devemos cuidar da aprovação do Projeto de Lei das Sociedades Anônimas. Ao mesmo tempo, a Câmara e o Senado devem concentrar esforços visando à reformulação do sistema tributário.

A reforma tributária, aliás, precisa ser encarada como o mais importante ponto do grande desafio com que se defronta o Poder Legislativo. Muita coisa já foi

realizada a esse respeito. Na Câmara, desenvolveu-se exaustivo trabalho ao longo dos dois últimos anos, exatamente com esse objetivo. Até aqui, contudo, não houve suficiente vontade política nem determinação para que esses estudos viessem a se transformar em lei.

Já não é possível protelar. O próprio Ministro Alcides Tápias, que participou das rodadas de negociações sobre a Alca, sugere a conclusão do exame da reforma tributária. No entender do Ministro, esse será um passo decisivo para que as empresas brasileiras coloquem produtos competitivos lá fora. Em outras palavras, a reforma tributária é um dos pontos que precisam ser atacados para resultados a curto prazo — antes de 2006, a fim de que o País possa contar com um novo e moderno arcabouço tributário, um passaporte auxiliar para o nosso ingresso na Alca.

O Congresso Nacional vem dando exemplos vigorosos de que está pronto a elaborar as leis de que necessitamos para a modernização da nossa economia e do País. Lembremo-nos, para exemplificar, da lei que disciplinou e deu condições ao desenvolvimento da pequena e microempresa, resultado de um projeto de iniciativa do Senador José Sarney. Também vale lembrar a Lei de Responsabilidade Fiscal, poderoso instrumento de saneamento das finanças públicas.

Essa última saiu do Congresso com um figurino tão perfeito que acabou resistindo a pressões imediatistas com que, há pouco, tentaram reduzir a eficácia dessa lei. Em breve, todos irão aplaudir a sua existência moralizadora.

O Governo também tem dado exemplos de igual significado. Muita coisa está mudando. Estruturas obsoletas estão cedendo lugar à modernidade, principalmente para facilitar as exportações. Elas estão agora alcançando as microempresas pelo programa Exporte Fácil, dos Correios.

Sr. Presidente, o atual quadro mundial não permite improvisações. A Alca, como tudo indica, é irreversível. Ignorá-la seria um erro.

O Brasil está no caminho correto. Nossa presença na Bolsa de Nova Iorque acaba de lograr mais uma importante e decisiva vitória: tornou-se o país da América Latina com o maior número de companhias listadas em Wall Street, superando o México, até então detentor dessa marca.

No ano passado, os títulos brasileiros na Bolsa de Nova Iorque negociaram US\$69 milhões, situando-se o México com US\$64 milhões. A propósito, mais 12 empresas brasileiras ultimam negociações

para ingressar naquele que é o mais importante centro financeiro do mundo.

A hora é esta. Não devemos perder tempo. O Congresso Nacional precisa voltar-se para o assunto, para além do que já faz regularmente nas suas comissões temáticas, e promover conferências, seminários, encontros e publicações, transformando-se em um foro concreto, profundo, para mostrar a si mesmo, ao Brasil e ao mundo a relevância incontornável da política externa na política nacional.

Sr. Presidente, é necessário que o Congresso Nacional volte-se mais para a política externa. Na tarde de hoje, dois oradores abordaram esse assunto, mas essa não é a tradição do Senado da República, que vive discutindo problemas internos, muitas vezes de pequenas dimensões, descuidando-se da política externa. Nos Estados Unidos, a política externa é a política interna, ou seja, a política externa representa a política interna nas decisões de interesse da nação norte-americana.

Por essa razão, venho convocar o Congresso Nacional a dedicar-se mais aos assuntos externos, prioritários, porque o mundo é um só, e todos estamos dentro da mesma Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucas semanas compareci à posse da nova diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas na cidade de Cascavel, Estado do Paraná. Um jovem talentoso, com trajetória empresarial de competência e velocidade alcançou posição de liderança em um setor inteligente da economia do Paraná. Seu nome: Edson Murfato.

No seu discurso e nos demais naquela noite, ouvimos uma constatação feliz de que o setor lojista refletia o aquecimento da economia em nosso País. De outro lado, em todos os pronunciamentos, a revelação de uma preocupação presente: a crise política em nosso País não pode afetar o crescimento econômico em curso.

A partir daquela reflexão, com o objetivo de fazer este pronunciamento, incursionei-me nos meandros da economia do nosso País, nos indicadores econômicos que atestam a evolução lá reconhecida pelos empresários.

Ninguém pode negar que o País, depois da estabilização monetária e das amplas reformas econô-

micas que foram realizadas nos últimos sete anos, está colocado em rota segura e rápida em direção ao crescimento econômico e ao desenvolvimento, agora em bases sustentáveis. Os indicadores econômicos, amplamente positivos, demonstram-no. O único fator que pode prejudicar essa conjuntura favorável é o imponderável, e aí não há maneira de se antecipar ao que não se pode antecipar: as crises da economia mundial, às quais o Brasil, como os demais países, encontra-se sujeito, uma vez que é crescente a interdependência das economias nacionais.

No entanto, em relação à preocupação com aquilo que é imprevisível, é preciso também considerar o avanço que alcança a economia brasileira. O Ministro Pedro Malan tem dito que a nossa economia consolidou-se com fundamentos consistentes que podem resistir a eventuais crises externas, a exemplo da que ocorre nesse momento na Argentina.

É inegável o êxito do Governo. E é bom destacar: fazia muito tempo que não dispúnhamos de uma administração econômica tão competente, tão bem conduzida, que tem dado aos brasileiros esse sentimento de que existe uma estratégia definida, um rumo sendo percorrido, no qual não há lugar para improvisação e amadorismo.

Em outros tempos, uma crise como essa da Argentina certamente nos abalaria de forma violenta. Hoje, resistimos a ela, sofrendo consequências, é claro, mas de qualquer forma sem o mesmo impacto de outros tempos.

A prova da retomada do crescimento econômico é a taxa de expansão do PIB no ano passado, calculada pelo IBGE em 4,46%. Espera-se para este ano de 2001 uma taxa de crescimento ainda maior, igual ou superior a 4,5%. A novidade, porém, é que esse crescimento nada desprezível e as boas perspectivas para o futuro imediato dão-se em ambiente de estabilidade monetária e controle de contas públicas. Isso, sim, é inédito no Brasil!

Sr. Presidente, relativamente a esse esforço de contenção do endividamento público e de equilíbrio das finanças públicas do País, gostaria de destacar o avanço que pode significar, se devidamente respeitada, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à estabilidade monetária – inflação de apenas 5,9% no ano passado, medida pelo IPCA –, ela não apenas é fator necessário para a retomada do crescimento em bases sustentáveis, mas também é um bem em si. Pois, segundo o IBGE, a estabilização monetária foi capaz de trazer 5,2 milhões de brasileiros para acima da linha de miséria absoluta entre

1993 e 1999, já computado, portanto, o efeito deletério da desvalorização cambial do começo de 1999. Ora, com crescimento aliado à estabilidade, o que se espera é um resgate muito mais acentuado dos cidadãos brasileiros em piores condições de vida.

Que outros indicadores compõem o cenário macroeconômico atual?

No que se refere à política fiscal, o resultado das contas públicas vem melhorando a cada mês. Ano passado tivemos um déficit nominal para o setor público de apenas 4,5% do PIB. A diminuição é devida, em grande parte, ao superávit primário de 3,5% do PIB, ao impacto positivo da queda dos juros sobre a dívida pública e ao aquecimento da atividade econômica, com reflexo na arrecadação de impostos. A maior parte do superávit primário, por sua vez, adviu do esforço do Governo Federal. Como resultado disso, a dívida líquida do setor público como percentagem do PIB vem caindo também. Os números de arrecadação e resultado das contas públicas do primeiro mês deste ano, como se sabe, foram mais favoráveis ainda.

A política fiscal e a política monetária são interdependentes e, se é verdade que a queda dos juros diminui a despesa com a dívida pública e reflete no resultado fiscal, também é verdade que o bom resultado fiscal tem permitido as seguidas quedas das taxas de juros para níveis que, se ainda são altos, há muito tempo não se viam no Brasil. Hoje a taxa Selic, o piso de juros da economia, está em 15,75% ao ano. Não é preciso insistir no papel que tem tido a queda dos juros no reaquecimento da economia. O nível de emprego, por sua vez, aumenta com o crescimento econômico, como já está ocorrendo.

De todos os aspectos da economia, o que mais preocupa, sem dúvida, é o setor externo. Nosso déficit em transações correntes continua alto. Foi de mais de US\$24 bilhões no ano passado. Isso preocupa, porque nos torna muito dependentes do ingresso de capitais estrangeiros para fechar o Balanço de Pagamentos. Esses capitais têm vindo para o Brasil com entusiasmo, animados com as boas perspectivas do País, mas, em situações de crise sistêmica, que têm sido comuns nos últimos anos, tal *animação* pode vir a arrefecer. O desempenho da balança comercial tem sido decepcionante desde a desvalorização do real. Apresentou um déficit de quase 700 milhões o ano passado. Mas, como muitos estudos demonstram, as exportações brasileiras têm progredido. O que assusta é o aumento das importações num ritmo quase alucinante; de certa forma compreensível numa econo-

mia que se moderniza também em ritmo alucinante, tendo peso considerável as importações de bens de capital e de bens intermediários, sem contar o aumento da conta petróleo.

O fato é que grande esforço tem sido despendido para aumentar as exportações brasileiras, seja por meio do aumento de recursos para financiamento e para a equalização de juros, seja por meio de programas de incentivo do conteúdo tecnológico delas. Mas não se colhem os frutos desse esforço a curto prazo. Além do mais, resta ainda mexer na complicada questão da tributação e da *exportação de impostos*, uma questão complexa e politicamente difícil.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as perspectivas da economia brasileira para os próximos anos são realmente excelentes, resultantes de sete anos de sacrifícios impostos à população brasileira para arrumar o setor público e alcançar a estabilidade da moeda.

A responsabilidade do Congresso avulta diante desse cenário. Há aqui reformas paralisadas e há reformas que caminham lentamente. Aquelas que estão paralisadas precisam ser retomadas e aquelas que caminham lentamente precisam ganhar velocidade. Essa é a contribuição indispensável do Congresso Nacional no processo de estabilização da nossa economia, num momento em que indicadores econômicos e sociais são extremamente favoráveis. As reformas política, tributária, do Judiciário e do Legislativo são fundamentais neste momento de reorganização do Brasil como nação.

Há, também, outra enorme responsabilidade, sobretudo do Executivo: repensar o modelo de privatizações. Empresas estratégicas, especialmente dos setores de energia e de água, não podem ser privatizadas na esteira desse apetite de estatizante que assola o Governo nacional. Somos, por uma questão de justiça, obrigados a reconhecer os avanços no plano econômico, mas somos obrigados, também, a identificar uma aspiração nacional, refletida inclusive em pesquisas de opinião pública. A privatização de certas empresas estratégicas no nosso País tem provocado uma grande indignação.

No Paraná, anuncia-se a privatização da Copel, a empresa de energia elétrica mais competente do País. É possível daqui desafiar qualquer empresa pública ou privada do setor de energia elétrica que possa competir em qualidade técnica, em eficiência e em competência com a Copel. É uma empresa extremamente lucrativa que pode ser utilizada como um instrumento líder de uma **holding** na captação de recur-

sos internacionais para alavancagem de projetos econômicos e sociais no Estado, mas que está sendo dispensada pelo Governo Estadual. É inacreditável que se privatize uma empresa como essa, especialmente num momento em que se prevê a escassez indiscutível de energia elétrica no País e os governos começam a discutir medidas para o racionamento de energia que já se anuncia. É óbvio que uma empresa com a competência da Copel se valorizará de forma extraordinária nesse cenário. É evidente que uma empresa como essa deveria ser utilizada pelo Poder Público como parâmetro, no momento de fixar novas tarifas a serem cobradas dos consumidores. E o que se vê é que a privatização eleva extraordinariamente o valor dessas tarifas cobradas.

O exemplo de fora não é visto, não é lembrado. Não enxergam a Inglaterra, que faz o caminho de volta e estatiza aquilo que privatizou no setor de energia elétrica. Não estão vendo o que ocorre na Califórnia, com a frustração provocada pela privatização, ou no Chile, onde os prejuízos superam US\$100 milhões todos os anos no setor industrial, em função dos apagões que ocorrem após a privatização do setor de energia elétrica.

Sr. Presidente, sem dúvida essas são questões fundamentais para que se assegure a continuidade do processo de aquecimento da nossa economia. E é por isso que esta Casa tem o dever de debater com urgência os projetos aqui em curso, porque, além dessa atividade legiferante de propor medidas no plano legislativo, esses projetos são instrumentos para um debate de maior profundidade em torno dessas questões. O projeto do Senador Roberto Freire, aprovado recentemente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto da Senadora Heloisa Helena, o projeto do Senador José Eduardo Dutra e o projeto de minha autoria que institui o plebiscito para a privatização de empresas estratégicas dos setores de energia e de água são os projetos do momento, que devem ser priorizados na pauta de deliberação do Senado Federal.

É este o apelo que formulo ao final do meu pronunciamento: que os projetos que dizem respeito ao debate desse modelo de privatização que envolve o setor de energia neste País sejam priorizados, sejam colocados não apenas na pauta dos debates, mas sobretudo na pauta das deliberações, para que, em tempo, se evitem determinados equívocos históricos que poderão ser fatais no projeto de desenvolvimento econômico e social do nosso País ora em curso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, por 20 minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente e nobres Colegas, a Constituição, em seu art. 212, **caput**, estabelece o mínimo de recursos financeiros que o Poder Público é obrigado a aplicar em educação: 18% a União e 25% os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Essa vinculação, objetivando a manutenção e desenvolvimento do ensino como um todo, não resolveu os problemas de financiamento da educação brasileira e, principalmente, não assegurou Ensino Fundamental de qualidade para todos. Cumpre observar que, até pouco tempo atrás, o custo/aluno era muito diferenciado em todo o País, tendo em vista a existência de Estados e Municípios ricos e pobres e também pela diferença da oferta de matrículas entre a rede estadual e a municipal.

Com o intuito de corrigir essas distorções, nós aprovamos a Emenda Constitucional nº 14, de 13 de setembro de 1996, que vincula recursos para o Ensino Fundamental, criando o Fundo de Manutenção e Valorização do Magistério, conhecido como Fundef, que provê recursos para o pagamento dos profissionais do magistério. Referida Emenda foi regulamentada pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997.

Entre as razões básicas para a aprovação do dispositivo legal, destaco:

- implantar uma política redistributiva dos recursos financeiros que amenizasse as desigualdades regionais e sociais;
- romper com o círculo vicioso, baixos salários, desempenho ineficiente dos professores;
- valorizar os profissionais da educação.

É bom lembrar ainda que o Fundef foi implantado em todo o País em 1º de janeiro de 1998, com exceção do Estado do Pará, que o implantou em 1997.

Quando aprovamos a Emenda nº 14 e a subsequente regulamentação, acreditamos que, no mínimo, 60% dos recursos do Fundo seriam utilizados para a remuneração dos profissionais do magistério em exercício de suas atividades no Ensino Fundamental público. Infelizmente, isso não ocorreu em Santa Catarina, pois a remuneração praticada pelo

Governo Estadual é a mesma desde 1995. Com os recursos do Fundef, resultantes da arrecadação do Estado, os investimentos anuais médios, por aluno, seriam:

- 1998: R\$476,60
- 1999: R\$539,54;
- 2000: R\$637,73.

Isso se considerarmos 25 alunos por classe, mas sabemos que, muitas vezes, as classes têm 30 ou mais alunos.

Para clarear mais, mostrarei quanto o Governo Estadual recebeu de recursos do Fundef e quanto os profissionais da educação em efetivo exercício de suas funções deveriam receber por uma carga horária de 20 horas.

Investimento por aluno – recursos do Fundef, ano de 1998.

- Valor arrecadado pelo Governo do Estado: quase 300 milhões de reais. R\$:263.995.887,68.
- Número de alunos do censo 1997: R\$:553,991.
- Investimento médio por aluno/ano: R\$:476,60.
- Investimento por classe de 25 alunos no ano: R\$:11.915,00.
- Investimento mensal por classe de 25 alunos: R\$:992,91.
- 60% destinado ao pagamento de professores: R\$: 595,74.

Isso daria ao professor uma remuneração média de R\$491,00 por 20 horas de trabalho. Classes de 18 alunos, pelo mesmo princípio, corresponderiam a uma remuneração de R\$353,52 para as mesmas 20 horas trabalhadas.

Em 1999, o Estado de Santa Catarina, mediante o Fundef, já arrecadou mais recursos e no ano 2000 arrecadou bem mais: de R\$297.492.503,35 passou para R\$343.507.370,67. Com relação ao item "60% destinado ao pagamento de professores", passamos de R\$595,74, em 1998, para R\$ 674,42, em 1999, atingindo o valor de R\$797,16 em 2000. Ou seja, no ano 2000, o valor médio para 25 alunos em 20 horas é de R\$657,00 e para 18 alunos, na mesma carga horária, de R\$473,04.

Um dado interessante me chamou a atenção nesse estudo. Em 1998, a matrícula no Ensino Fundamental da rede estadual era de 553.911 alunos e os recursos arrecadados foram da ordem de

R\$263.995.887,68. Já no ano 2000, a matrícula na rede estadual foi de 538.634 alunos e os recursos da ordem de R\$343 milhões. Ou seja, houve uma diminuição do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, porém a arrecadação do Fundef, naquele mesmo ano, foi maior; saltou para R\$343 milhões. Se houve redução no número de alunos, automaticamente, de acordo com a lei, deveriam ser reduzidos os custos com a folha de pessoal do Ensino Fundamental, mas, infelizmente, a remuneração no meu Estado continua a mesma desde 1995. Essa é a reclamação do magistério catarinense, fundamentada em dados, preto no branco, como se diz na gíria.

Para ilustrar a situação caótica em que se encontram os professores catarinenses hoje, basta ressaltar que eles recebem o segundo menor vencimento do País, considerando que o Estado tem um dos maiores custo/aluno brasileiro e foi considerado – se não estou equivoocado, em 1997 ou 1998, pelo MEC, o segundo lugar, em termos de conteúdo no Ensino Fundamental. Agora, o professor daquele Estado é o segundo mais mal remunerado no Brasil, conforme dados levantados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é princípio basilar que a legislação deve ser cumprida por todos; e não está sendo. Tal norma carece de maiores digressões jurídicas, eis que, se não for assim, todo o Congresso Nacional seria levado ao descrédito pela sociedade em geral, pelo não cumprimento das leis aprovadas.

Gostaria, ainda, de perguntar ao Governo de Santa Catarina: quando ele vai realmente aplicar o mínimo de 60% dos recursos do Fundef na remuneração dos profissionais da educação? Essa é a pergunta que faço da tribuna em nome do magistério. Os aliados do Governador vão dizer que o Governo do meu Partido deixou folhas de pessoal atrasadas. Concorde que houve uma falha, mas isto não justifica o não cumprimento da legislação pertinente ao vencimento dos profissionais da Educação catarinense, que representam 53% dos funcionários públicos do Estado, entre ativos e inativos, e representam apenas 29% da folha. Com esse vencimento, a sobrevivência em condições dignas é extremamente difícil.

Sr. Presidente, algo precisa ser feito, em caráter de urgência, no sentido de corrigir uma situação ilegal e, sobretudo, injusta.

Por isto vim à tribuna: para dizer a esta Casa que lá, quando o governo fala, é bom ressaltar que nem tudo que reluz é ouro. Trago a conhecimento da Casa a realidade do magistério do ensino fundamental do

meu Estado. Precisamos cobrar o princípio da justiça, da aplicação da lei. É isto o que eles querem: o cumprimento do que prevê a legislação e nada mais.

Faço essa cobrança ao Governo catarinense. Em 1997/98, repito, o Ministério da Educação e Cultura considerou o ensino de Santa Catarina, em seu conteúdo, no contexto nacional, o segundo melhor – se não me engano, Minas Gerais ficou em primeiro. Agora, com relação à remuneração dos professores do ensino fundamental, Santa Catarina está em penúltimo lugar. Isso porque não aplica a legislação em vigor.

Não dá para tolerar isso. Não podemos ficar quietos. Por isso, trago essa observação, esse protesto, essa indignação do Magistério catarinense, no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago à tribuna do Senado requerimento que estou encaminhando à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para que, em cooperação com a Comissão de Relações Exteriores, seja realizada uma série de audiências públicas com integrantes do Governo Federal, empresários, trabalhadores e especialistas, acerca das negociações e dos impactos econômicos e sociais para o Brasil, relacionados a eventual constituição da Área de Livre Comércio das Américas – Alca.

Há poucos dias, realizou-se em Buenos Aires, na Argentina, mais uma reunião de representantes de diversos países americanos, com vistas à possibilidade de construir, ao longo dos próximos anos, a Alca, Acordo que pretende liberalizar o comércio de bens e serviços no continente e estabelecer regras comuns em diversas áreas cruciais, como investimentos estrangeiros, compras governamentais, patentes e defesa da concorrência.

A iniciativa de criação da Alca foi lançada por George Bush, pai do atual presidente norte-americano. Para esse propósito, o Presidente Bill Clinton realizou uma reunião de cúpula em Miami, em dezembro de 1994, da qual participaram o Presidente Itamar Franco e o então Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, o Presidente Clinton conclamou todos os países a formarem uma área de

livre comércio do Alasca à Patagônia até 2005. Após esse encontro ocorreram quatro reuniões ministeriais em Denver (Estados Unidos), Cartagena (Colômbia), Belo Horizonte (Brasil), e San José (Costa Rica), além de inúmeras outras vice-ministeriais e de grupos e trabalho.

Desde a reunião em Miami, as negociações de formação da Alca estão sendo conduzidas com base em uma agenda estabelecida no essencial pelos Estados Unidos. O que está em curso, como se sabe, é uma negociação marcada por profundas assimetrias entre os participantes dessa eventual área de livre comércio.

Recorde-se, por exemplo, que a composição do comércio intra-Américas é marcada pela hegemonia da economia dos Estados Unidos. Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea), esse país responde por mais de 60% de todo o comércio praticado no continente americano. Observando o comércio na região, detecta-se que o Nafta (North American Free Trade Agreement), que envolve o Canadá, os Estados Unidos e o México, é responsável por 85% do volume transacionado. O Mercosul, que é composto pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, responde por aproximadamente 7%, seguido pelo Pacto Andino, composto pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, com 4,5%. O Mercado Comum do Caribe (Bahamas, Barbado, Belize, Guiana, Guiana Francesa, Jamaica, São Vicente, Grenadas e Trinidad y Tobago), e o Mercado Comum Centro-Americano (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Chile, Haiti e Panamá), possuem participação inferiores a 1%.

O encontro na Argentina foi mais um passo na direção da constituição da Alca. Foi uma reunião preparatória para a elaboração do documento que será apresentado aos 34 Presidentes e Chefes de Estado dos países que se reúnem em Quebec, no Canadá, entre os dias 20 a 22 de abril, na Terceira Cúpula das Américas, onde serão tomadas decisões sobre o futuro do comércio no continente americano.

As restrições às exportações brasileiras são evidentes na economia americana, justamente a maior e mais aberta em termos tarifários do comércio mundial. Habilmente, os norte-americanos e os países desenvolvidos têm-se utilizado de uma grande variedade de barreiras não tarifárias para impedir a entrada de nossos produtos. E esses países freqüentemente se recusam a negociar com a devida profundidade esses obstáculos ao comércio.

Conforme têm demonstrado as últimas disputas comerciais que o Brasil protagonizou, os acordos comerciais até agora celebrados na OMC – Organização Mundial do Comércio – e no Mercosul nem sempre atendem aos interesses nacionais. Lembremos do que ocorreu aqui com o episódio da vaca louca e da Bombardier/Embraer. O Congresso Nacional tem ficado basicamente à margem dessas questões, o que contribui para enfraquecer a posição brasileira em uma negociação como a da Alca, que se afigura muito arriscada para o Brasil.

Felizmente começa a haver um maior interesse, como demonstramos diversos pronunciamentos feitos sobre esse assunto pelos Senadores esta semana e ainda hoje. Mas é preciso que aprofundemos mais o papel do Senado Federal e do Congresso Nacional na tomada de decisões. Lá nos Estados Unidos, por exemplo, o Congresso tem uma participação decisiva, a exemplo até de toda a legislação sobre autorização ou não do **fast track** ao Executivo para qualquer passo de profundidade em assuntos como esse.

Como frisou editorial da **Folha de S. Paulo**, de quinta-feira retrasada, "os negociadores do Itamaraty continuam entregues a uma espécie de vácuo representativo". E o Congresso Nacional "está longe de exercer o papel de seu correlato norte-americano, que fiscaliza e delimita poderes de negociação aos diplomatas e ao Executivo do país".

Precisamos tomar nota de que a opinião pública brasileira está cada vez mais preocupada com a questão da Alca. Embora ainda seja insuficiente, o debate começou, neste ano, a aumentar em intensidade. O jornal **O Estado de S. Paulo**, por exemplo, publicou na semana passada alentado editorial sobre o tema e voltou ao tema da Alca na data de hoje. Alertou para o fato de que, se tudo ocorrer de acordo com os planos norte-americanos, os mercados do continente ficarão mais abertos para os seus produtos e investimentos. E os EUA e o Canadá poderão "avançar além das normas multilaterais de comércio, em assuntos do seu interesse, como, por exemplo, a proteção de patentes", observa o editorial.

Ao mesmo tempo, os EUA não abrem à discussão temas cruciais. Relutam em colocar na pauta da Alca componentes muito importantes do seu "arsenal protecionista", como, por exemplo, a legislação anti-dumping, barreiras fitossanitárias e diversas outras restrições não-tarifárias. "Mesmo em condições mais equitativas", afirma **O Estado de S. Paulo**, "não interessaria ao Brasil apressar a implantação da Alca",

que pode ser atraente para "economias menos diversificadas e sem uma indústria que valha a pena proteger".

Aliás, o ex-Ministro e Deputado Antônio Delfim Netto, em seu artigo no jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, também ressalta aspectos semelhantes sobre os cuidados que devemos ter no que diz respeito às negociações da Alca.

Além disso, os Estados Unidos nunca aceitaram, e nem os latino-americanos têm pleiteado, o que considero um erro que precisa ser corrigido, a inclusão de outro tema de grande importância na pauta da Alca: a livre circulação de trabalhadores nas Américas. Em contraste com o que aconteceu na integração europeia, persistiram as restrições hoje existentes à movimentação de pessoas no continente americano, em especial as severas barreiras impostas pelos Estados Unidos à entrada de latino-americanos. É preciso que os governos dos países americanos — e espero que o Brasil venha liderar o processo — digam com muita franqueza ao Governo dos Estados Unidos da América que é preciso acabar com o novo muro que se ergueu ao longo da sua fronteira com o México desde a queda do muro de Berlim.

De qualquer maneira, a agenda da Alca é tão abrangente que o Brasil corre o risco de sofrer importante perda de autonomia. Não faz sentido para o Brasil tornar-se um "apêndice de outro país, sem a possibilidade de realizar projetos próprios", conclui o já citado editorial do **O Estado de S. Paulo**.

Há duas semanas, o Senador Pedro Simon apresentou moção, aprovada por este Plenário, sobre a questão da Alca. Na ocasião, o Senador Simon manifestou as suas fortes preocupações com o tema. Chegou a dizer — e não me parece que esteja exagerando — que a Alca coloca a América Latina diante do que talvez seja "o momento mais dramático dos últimos tempos". E no dia 4 deste mês, a Comissão de Relações Exteriores — onde sou suplente, também membro — aprovou requerimento do Senador Paulo Hartung para a criação de uma Subcomissão Permanente de Comércio Exterior, com o objetivo de acompanhar as negociações acerca de um possível ingresso do Brasil na Alca. No encaminhamento da votação desse requerimento, o Senador Hartung disse ser preciso dinamizar o debate e a avaliação desse acordo, ouvindo todos os segmentos da sociedade. Conversei com o Senador Paulo Hartung sobre a possibilidade de unirmos nossos esforços no sentido de as duas Comissões, Comissão de Assuntos Econômi-

cos e Comissão de Relações Exteriores, realizarem as atividades previstas em nossos requerimentos.

Parece-me fundamental, portanto, que o Senado se dedique ao debate a questão da Alca de forma mais profunda e sistemática. E esse é o sentido do requerimento que estou apresentando. A série de audiências públicas com autoridades governamentais, negociadores brasileiros, especialistas, empresários e trabalhadores, visa possibilitar uma ampliação do debate público sobre um tema que é de grande importância para as políticas externa e econômica brasileiras. Tendo em vista as funções constitucionais desta Casa e a competência da Comissão de Assuntos Econômicos, creio que, junto à Comissão de Relações Exteriores, ser este o melhor fórum para se discutir e aclarar essas questões.

Sr. Presidente, aqui menciono a lista de expositores para a sessão de debates que, dentre outros, sugiro a ambas as Comissões e ao autor da proposta semelhante à minha, Senador Paulo Hartung, e aos Presidentes, Senador Lúcio Alcântara, da Comissão de Assuntos Econômicos, e Senador Jefferson Péres, da Comissão de Relações Exteriores, aos quais, inclusive, já apresentei a proposta de aglutinação dos requerimentos.

Eis a sugestão de expositores:

• Ministério das Relações Exteriores — Ministro Celso Lafer;

• Chefe da Área Econômica do Itamaraty — José Alfredo Graça Lima;

• Ministério da Agricultura e Abastecimento — Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes;

• Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior — Ministro Alcides Lopes Tapias;

• Confederação Nacional da Agricultura — CNA — Presidente Antônio Ernesto de Salvo;

• Confederação Nacional da Indústria — CNI — Presidente Carlos Eduardo Moreira Ferreira;

• Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp — Presidente Lafer Piva/Paulo Francini/Mário Bernardini/Nicolau Jeha;

• Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul — FIERGS — Presidente Renan Proença;

• Central Única dos Trabalhadores — CUT — Presidente João Antônio Felício e o Secretário de Relações Internacionais — Kjeld Aagaard Jakobsen;

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura – Contag – Presidente Manuel José dos Santos;
- Força Sindical – Presidente Paulo Pereira da Silva;
- Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq – Presidente Luiz Carlos Delben Leite;
- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE – Presidente Benjamim Funnari Neto;
- Associação Brasileira de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades Abifina – Nelson Brasil de Oliveira, Vice-Presidente;
- Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automóveis – Anfavea – Presidente José Carlos da Silveira Pinheiro Neto;
- Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A – Embraer – Presidente Maurício Neves Botelho;
- Sociedade Rural Brasileira – Presidente Luís Marcos Suplicy Hafers;
- Prof. Hélio Jaguaribe;
- Prof. Luciano Coutinho – Unicamp;
- Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães – IPRI/Itamaraty;
- Dr. Durval de Noronha – Advogado especialista em Direito Internacional;

Senadora Heloísa Helena, na próxima semana, aqui farei um pronunciamento a respeito do afastamento do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães do Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais do Itamaraty, porque todos lembramos das palavras do Ministro Celso Lafer, quando aqui esteve e lhe perguntei sobre o assunto.

- Dr. Paulo Cunha – Presidente do Grupo Ultra;
- Dr. Antonio Ermírio de Moraes;
- Deputado Delfim Netto;
- Dr. Marco Aurélio Garcia – Secretário de Cultura da Prefeitura de São Paulo – mas grande entendedor do assunto, pois foi Secretário de Relações Internacionais do PT;
- Prof. Celso Furtado;
- Profª. Maria da Conceição Tavares;
- Drª Tânia Barcelar;
- Embaixador Rubens Ricupero;
- Organização das Nações Unidas (ONU)/Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) – Drª Vivianne Ventura Dias;

- Organização das Nações Unidas (ONU)/Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) – Brasília – Dr. Ricardo Bielschowsky; e
- Prof. Emir Sader, dentre outros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, desejo compartilhar o apelo feito durante a sessão de hoje pelos Senadores Paulo Hartung, Álvaro Dias e vários outros Senadores em relação a alterações no Programa Nacional de Desestatização.

Já tivemos a oportunidade, o Senador José Eduardo Dutra e eu, há dois anos, de apresentarmos projeto solicitando um plebiscito para discutir a privatização, na época, da Chesf; de pois, a base governista derrubou o parecer do Senador Amir Lando, que era favorável, com a intenção de o Senador Jader Barbalho incluir a questão da Eletronorte. Então resolvemos apresentar, no ano passado, um projeto de decreto legislativo que solicita um plebiscito para resolver a questão do setor como um todo.

O Senador Álvaro Dias também apresentou uma solicitação incluindo a questão do abastecimento de água, saneamento, destino de resíduos e dejetos. Apresentamos, em setembro do ano passado, um projeto que modifica o Programa de Desestatização, incluindo as empresas de geração e distribuição de energia e também as empresas de saneamento básico, além das ações de abastecimento de água, saneamento e destinação de resíduos sólidos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acabou aprovando o projeto apresentado pelo Senador Roberto Freire, em março deste ano. Como o mais importante não é a paternidade do projeto – quem o apresentou primeiro ou de pois –, mas a intenção de que todos esses projetos que estão na Casa entrem em discussão, é de fundamental importância que as Comissões diretamente envolvidas com o tema – as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, a de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura – possam fazer um esforço coletivo no sentido de obrigar o Governo Federal a suspender qualquer articulação em torno do projeto de desestatização de Furnas ou de qualquer outro setor de geração de energia.

Antes de tratar do tema que me traz à tribuna, gostaria de dizer que compartilho do esforço do Se-

nador Eduardo Suplicy para a inserção do Brasil nas relações capitalistas e comerciais do Brasil no mundo. V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, trouxe um debate muito importante a respeito do gigantesco muro de concreto na travessia México – Estados Unidos, que acaba por caracterizar fraude intelectual do projeto de globalização. Uma vez que não há livre mobilidade de mercadorias, de capital e de força de trabalho, a globalização inexistente. Se há mobilidade de capital, inexistente a de mercadoria pelas barreiras protecionistas no mundo e muito menos da força de trabalho por algo que V. Ex^a bem lembrou, que é o gigantesco muro de concreto na travessia México – Estados.

Informo que o Senador Eduardo Suplicy estará comigo na grande marcha prevista para 2002. Nessa oportunidade, todos os democratas do mundo poderão ajudar na derrubada do referido muro. Será uma belíssima marcha nacional, em que o Senador Edison Lobão, com certeza, também estará presente. Como S. Ex^a muitas vezes me provocou no debate ideológico sobre o socialismo, vinculando a queda do socialismo à derrubada do Muro de Berlim, também estará conosco para derrubar o gigantesco, perverso, antidemocrático muro da travessia México – Estados Unidos, que já matou muito mais pobres, marginalizados e humildes latino-americanos que o Muro de Berlim durante toda sua história.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte, com muita alegria, a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, agradeço a V. Ex^a se puder dar-me mais informações sobre essa marcha em direção ao muro, na fronteira dos Estados Unidos com o México. Como V. Ex^a ressaltou, trata-se de um enorme muro de concreto, com muitas partes eletrificadas, passando a ser um sofisticadíssimo muro que dificulta a passagem de latino-americanos para os Estados Unidos. Isso em muito contrasta com o anseio e até com o símbolo de liberdade, a Estátua da Liberdade, que está lá diante de Manhattan, um presente da França aos Estados Unidos. Essa estátua simbolizava justamente o anseio de liberdade a ser alcançada nos Estados Unidos por pessoas que sofriam perseguições religiosas, na Europa e em outros lugares do mundo, e que tinham uma perspectiva de encontrar lá um lugar melhor para viver. Isso está tão bem ressaltado, na exposição Exodus, do fotógrafo Sebastião Salgado, que, aliás, está aqui também no espaço do Salão Negro do Senado, em exposição,

assim como no espaço Venâncio. Quando V. Ex^a mencionou que estamos aqui empenhados no movimento de globalização, acredito que V. Ex^a quis dizer na crítica à forma com que se está caminhando em direção à globalização. A cada momento, devemos analisar que se há benefícios na globalização, como a maior interação de pessoas, equipamentos e produtos dentre as diversas áreas do mundo, por outro lado, essa forma de interação e o desenvolvimento do capitalismo vêm registrando uma desigualdade extraordinária e crescente, em alguns lugares do mundo, entre ricos e pobres e entre nações ricas e pobres. Esse processo faz com que alguns países da África apresentem hoje um descompasso enorme e crescente em relação ao progresso dos países desenvolvidos. Se deve ocorrer alguma perspectiva de integração do Alasca à Patagônia, é preciso que se pense em direitos dos trabalhadores e das pessoas como, por exemplo, ocorre hoje no Alasca e nos Estados Unidos. Essa idéia precisa ser colocada em primeiro plano. Por isso, sugeri que o Brasil fosse uma voz forte, inclusive em Quebec, dizendo ao Governo dos Estados Unidos que não se deve limitar os direitos de seres humanos naquele País, no momento em que o Governo americano conclama os demais países a assim agir. Senadora Heloísa Helena, peço desculpas a V. Ex^a por ausentar-me antes da conclusão de seu pronunciamento. É que, neste instante, na Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Emilia Fernandes está formalizando o seu ingresso no Partido dos Trabalhadores. Esse fato fará com que a bancada do PT seja de 8 Senadores. Estamos nos aproximando, Senador Edison Lobão, de sermos 10% do Senado. Esse é um passo significativo. E, se porventura o Senador Roberto Saturnino Braga der também passo semelhante, daminha parte o considero muito bem-vindo e, com isso, chegaremos aos 10% do Senado Federal. V. Ex^a é testemunha de que, com 1%, já fazíamos muita coisa aqui, de 1991 a 1994; de que, com 5% e 7%, já fizemos bastante, de 1995 a 2000, imagine com 8% ou 9%. O PT promete ainda mais, Senador Edison Lobão. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Imagine, Senador Eduardo Suplicy, quando tivermos a oportunidade de vencer a eleição para a Presidência da República e pudermos fazer deste País a maravilhosa Nação que o povo brasileiro merece, apesar dessa elite decadente, incompetente, enfadonha, incapaz.

Entretanto, Sr. Presidente...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Apenas gostaria de saber de que maneira será a marcha até o muro, a que V. Ex^a nos convidou? Iremos até?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Que o Senador Edison Lobão mereceria fazer alguns trajetos a pé, tenho certeza, mas, como S. Ex^a. está sempre em forma, não terá nenhuma dificuldade em fazê-lo também.

No entanto, Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna é, de fato, de muita seriedade e comprometimento, especialmente para nós, alagoanos.

Já tivemos a oportunidade, centenas de vezes nesta Casa, de discutirmos a reforma agrária, não como uma simplória distribuição de terra, até porque todos os parlamentares desta Casa, independentemente das convicções ideológicas ou programáticas. Embora nem isso o Governo Federal tenha tido a capacidade de fazer, mas a reforma agrária é distribuição de terra, o estabelecimento de uma política agrícola que dinamize a economia local, gere emprego, renda, produza alimento, viabilize infra-estrutura e, portanto, reforma agrária é distribuição de terra, renda e poder.

Como é de conhecimento de todos, está em curso no Brasil uma marcha em defesa da reforma agrária. Vários movimentos estão articulados em torno dessa marcha, uma marcha pacífica, que busca, através da mobilização popular, da mobilização social, qualificando permanentemente o debate com a sociedade, sensibilizar vários municípios brasileiros, personalidades, forças produtivas, forças vivas da sociedade em torno da necessidade da reforma agrária.

Em Alagoas, esse movimento também se manifesta. Mais de mil pessoas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, coordenadas pelo MST, MT e Pastoral da Terra estão caminhando mais de cento e trinta quilômetros, saindo de Colônia de Leopoldina, na divisa de Alagoas e Pernambuco, indo até a capital de Alagoas, Maceió.

Trata-se de uma marcha pacífica, iniciada em cinco de abril, que durante treze dias estará realizando atos públicos e coletando assinaturas em defesa da proposta de emenda constitucional que limita o tamanho da propriedade rural, apresentada pela Deputada Luci Choinacki. Entretanto, para tristeza de todos nós, ontem, por volta das 21h, pistoleiros da fazenda Flor do Bosque realizaram vários disparos contra integrantes da Marcha em Defesa da Reforma Agrária em Alagoas, atingindo uma criança de 11 anos que estava acompanhada de seus pais no acampamento da Fazenda Prazeres, no Município de Flexeiras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já fizemos requerimentos nesta Casa no sentido de que o Governo Federal estabeleça mecanismos que possibilitem, com agilidade e ações concretas, diminuir o conflito e a tensão no campo. Infelizmente, porém, o Governo Federal tem sido incapaz de cumprir as suas obrigações constitucionais de se submeter à legislação vigente e, portanto, proceder à desapropriação de áreas improdutivas.

Recebi dois ofícios da Federação de Agricultura de Alagoas, que congrega os proprietários de terra do meu Estado, externando sua grande preocupação com os últimos acontecimentos. Já tive a oportunidade de partilhar essa preocupação como Senador Renan Calheiros e o farei com o Presidente Nacional do PSDB, Senador Teotônio Vilela, a fim de deixar claro para a referida Federação que a responsabilidade do que vem acontecendo é do Governo Federal, que, a despeito das alternativas que temos apresentado nesta Casa, tem-se mostrado omissa diante da situação e incapaz de cumprir sua obrigação constitucional e de promover a reforma agrária. O Governo, Sr. Presidente, ousa imaginar que resolve o problema do conflito no campo usando dois penduricalhos: um, o do decreto presidencial que proíbe a vistoria nas áreas que foram motivo de ocupação pelos movimentos sociais; e outro, mediante um instrumento de alta corrupção, o Projeto do Banco da Terra, que tem sido palco de graves problemas. É importante que fique registrada a responsabilidade não só do Governo Federal, mas também do Governo Estadual, que não estabelece mecanismos ágeis e eficazes para minimizar tal problema e que não está sendo capaz de intermediar negociações, não possibilita que o aparato de Segurança Pública possa agir atenuando tensões sociais e não se coloca a serviço de um dos lados nesse grande conflito em Alagoas.

Devo deixar registrada a pauta específica do movimento em relação a Alagoas: desapropriação e emissão de posse das áreas ocupadas e improdutivas no Estado; o fim da violência e impunidade no campo e, portanto, a prisão dos mandantes e assassinos dos trabalhadores rurais sem-terra nos últimos seis meses, três trabalhadores rurais sem-terra já foram assassinados em meu Estado; e o imediato desarmamento dos latifundiários. Foices e peixeiras são, como todos sabemos, instrumentos de trabalho no campo, mas são apreendidos como se armas perigosas fossem; nesse sentido solicitamos igual tratamento para espingardas 12, para metralhadoras e para armas de uso exclusivo das Forças Armadas

que, no Estado, são utilizadas por latifundiários, pistoleiros e outras personalidades políticas para praticar violência no Estado de Alagoas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez deixo aqui o meu apelo ao Governo Federal e ao Governo do Estado de Alagoas para que sejam estabelecidos mecanismos ágeis e eficazes para minimizar esse conflito, especialmente pelo caso tão grave ocorrido ontem. Requeremos da forma mais rápida possível uma ação do Governo Federal, assim como do Governo Estadual em relação a nossa querida Alagoas. O conflito é muito grande, as correspondências que temos recebido, inclusive de proprietários de terra, alertam para a possibilidade de ele ser aumentado. As entidades do movimento social, as forças vivas que lutam pela reforma agrária também não aceitarão de forma subserviente e covarde o que vem sendo feito pelo Governo Federal nem a falta de alternativas do Governo Estadual em relação à reforma agrária. Portanto, deixo o apelo em relação a esta temática.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Mesa encaminhará ao Ministro de Política Fundiária as preocupações de V. Ex^a no que diz respeito aos acontecimentos aqui relatados e que agora tomam corpo no Estado de Alagoas.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna é um tema de grande relevância no momento que estamos vivendo, um tema que toma conta das manchetes dos jornais e que dá, sem dúvida nenhuma, motivo para um importante debate no Congresso Nacional mormente no Senado Federal, Casa Legislativa mais voltada, pela sua natureza, para as questões externas.

Sr. Presidente, refiro-me à Alca – Área de Livre Comércio das Américas –, que pretende ser um enorme mercado comum, desde o Alasca até a Terra do Fogo, integrado por 800 milhões de seres humanos e um Produto Interno Bruto que pode ser, sem dúvida nenhuma, o maior do Planeta. A Alca representa, portanto, um grande desafio não apenas para o futuro, mas também para o presente.

Gostaria de entrar nesse debate pela porta da frente: começando tudo do começo, iniciando do início. Apesar da redundância, insisto que é importante começar tudo por onde realmente deve começar. Na pergunta inicial, o mito e a mentira muitas vezes envolvem o debate político, inibindo um maior esclareci-

mento e impedindo uma lucidez maior em torno de certos temas. Trata-se, portanto, de uma questão que precisa de esclarecimento, e esses fundamentos são absolutamente essenciais. A pergunta é: a Alca é uma coisa ruim ou é uma coisa boa? De tanto ouvir discursos irados contra a Alca, possivelmente de tantos protestos contra os Estados Unidos e contra a política de integração, muitas pessoas poderão partir do pressuposto, da idéia inicial, ao meu ver equivocada, de que a Alca é o território do demônio, o território do mal, da hecatombe, da destruição da economia brasileira.

Eu quero aqui fazer o registro de uma recente visita que fiz ao Uruguai, acompanhado de vários parlamentares brasileiros, mexicanos, colombianos, venezuelanos, num encontro do Parlamento Latino-Americano em Montevideu, o que nos propiciou uma visita muito agradável e quase que íntima e pessoal ao Presidente do Jorge Batlle, do Uruguai, que nos recebeu no Palácio, em clima de grande proximidade pessoal, de uma disposição de conversar muito interessante. De tudo o que foi dito pelo Presidente Jorge Batlle – eu já o conhecia pessoalmente como senador uruguaio, como vizinho nosso de território, de frente para, no Rio Grande do Sul –, houve uma frase que me marcou enormemente, que me chamou muito a atenção, por causa, principalmente, da grande sinceridade, da disposição e da energia que ele colocou na frase. A frase, é importante que os brasileiros conheçam bem, para que possam fazer suas reflexões em torno do tempo. O Presidente Jorge Batlle, do Uruguai, disse claramente o seguinte: “Nós queremos a Alca. O Uruguai acha que a Alca é uma coisa muito boa, muito necessária, muito importante. O Uruguai quer a Alca para ontem”. Ou seja, o Uruguai não só é favorável, não só acha que é muito bom, como pleiteia que a Alca aconteça o mais rapidamente possível.

Aí eu me dei conta, naquele momento, ao reconhecer tanta sinceridade nas palavras do Presidente Jorge Batlle, caro Presidente Senador Edison Lobão, caríssimos Senadores, de que talvez a estratégia diplomática levada a termo pelo Brasil ao longo desses últimos anos não tenha sido a mais acertada.

O Brasil partiu do pressuposto de que talvez para os seus vizinhos – como o Uruguai, possivelmente a Argentina e quem sabe o Paraguai e outros não vizinhos, mas próximos como o Chile –, para esses países a Alca seria semelhante ao que é para o Brasil, ou seja, que para nós e para eles o problema da Alca teria o mesmo tratamento, os mesmos efeitos e conseqüências e seria sempre visto sob o mesmo ângulo, sob o mesmo ponto de vista.

E isso não é verdade. Para os uruguaios, a Alca é uma coisa, para os brasileiros é outra coisa. Para a Argentina e para o Chile, a Alca tem uma determinada conotação que não tem para o Brasil. As economias menos industrializadas da América do Sul, baseadas em alguns padrões de agricultura mais ou menos qualificada, economias menos complexas e mais simples, como a chilena e a uruguaia, têm grande interesse e desejam rapidamente implementar a Alca.

Vou repetir, porque isso pode não ter sido bem ouvido: para economias como a uruguaia e a chilena há um desejo e até uma necessidade de rápida implementação da Alca. Para eles, o acesso ao mercado americano, um mercado de trezentos milhões de consumidores e que detém, em média, uma renda **per capita** de US\$20 mil, significa, sem dúvida, uma mudança brutal em suas relações comerciais externas. Esses países querem a Alca.

E foi por não compreender essa particularidade, esse ângulo específico da questão, que o Brasil cometeu alguns erros de tática e estratégia ao longo do processo que recentemente vem sendo levado adiante. Um dos erros foi desconsiderar que para os outros seria bom aquilo que para o Brasil seria problemático. Nós temos uma economia industrializada, nós temos uma economia complexa, nós temos uma economia que tem muitas frentes de expansão comercial no mundo inteiro, nós colocamos vários ovos em muitas cestas pelo mundo, ou seja, o Brasil não tem um comércio externo concentrado apenas nos Estados Unidos, apenas na Europa, apenas na Ásia ou apenas no Mercosul. O Mercosul representa uma parcela minoritária do nosso volume de comércio externo. Não somos "mercado dependentes", como é, por exemplo, a Argentina, como é, possivelmente, o Uruguai. Para nós, há toda uma complexidade, há toda uma diversidade comercial a ser assumida e a ser enfrentada. De modo que é completamente diferente para o Brasil e para esses países. Conseqüentemente, a visão estratégica não era a de empurrar com a barriga, não era a de isolamento retardatário, não era apenas a de dizer: bem, a Alca, nós assinamos, nós vamos levar a efeito, nós vamos efetivar, mas queremos que seja o mais tarde possível. Está certo. Esse é o desejo do Brasil, essa é a estratégia do Brasil, mas não era essa a estratégia dos nossos vizinhos e dos nossos associados do Mercosul.

Estamos diante da iminência, agora, de uma situação altamente desestabilizadora do Brasil, uma grande ameaça para o fluxo de investimentos, de expansão econômica, para esse ciclo notável que a

economia brasileira vem vivendo nos últimos anos. Se o Chile, por exemplo, faz um acordo com a Nafta, com os países que compõem o mercado comum da América do Norte, Associação de Livre Comércio da América do Norte, se a Nafta, por exemplo, consegue de certa forma estabelecer acordos bilaterais com países como o Chile ou com a Argentina, tal como de seja o novo Ministro da Economia Domingo Cavallo, seguramente os investimentos que hoje estão dirigidos maciçamente para o Brasil vão ser desviados para esses dois países. O Brasil sofrerá notoriamente uma grande perda no volume de investimentos. E sofrerá isso porque, evidentemente, os capitais vão buscar países que estejam em vias de unificação com os grandes mercados da América do Norte, principalmente com o mercado americano. Todo país que está em via de unificação comercial passa a ser objeto intenso e concentrado de investimentos.

Examinem, por exemplo, o que ocorreu com Portugal e com a Espanha na década de 80. A década de 80, que é tida pelo Brasil como década perdida, quando não tivemos investimentos externos e os níveis de crescimento econômico foram absolutamente medíocres, em alguns casos inclusive não houve crescimento econômico, a década de 80 foi uma década de estagnação, de recessão econômica e de inflação. Não foi assim, por exemplo, no caso de Portugal e Espanha. Esses países tinham recentemente entrado na União Européia, e a comunidade européia, naquele momento, evidentemente, era um mercado novo. E esse processo levou com que a Espanha tivesse, por exemplo, em menos de quatro anos, cerca de US\$80 bilhões de investimentos – muito mais do que tem ocorrido no Brasil. Esses países, aqueles que se unificaram ao grande mercado, esses países que estavam em vias de unificação com o grande mercado europeu, eles foram o pólo de atração dos investimentos. Os investimentos do mundo inteiro para ali se dirigiram, para ali foram carreados. Então, Espanha e Portugal passaram por um período notável de expansão econômica, na década de 80, simplesmente pelo fato de que eram uma possível base de implantação de indústrias que iriam vender a sua produção, as suas mercadorias para o grande mercado da Europa, sem uma tarifa de proteção externa, sem barreiras comerciais.

Pois isso, se acontece com o Chile, por exemplo, tem o mesmo impacto negativo sobre o Brasil. Ou seja, o Chile passa a receber os investimentos; todas as indústrias, principalmente as empresas multinacionais e as que estavam em vias de instalação no Bra-

sil, vão se instalar no Chile, porque o Chile representará imediato acesso ao mercado americano, enquanto o Brasil, não! Logo, a preferência dos investimentos será por aqueles países que mais rapidamente abram as suas vias de comércio com o grande mercado da América do Norte, principalmente o mercado dos Estados Unidos.

Ora, em acontecendo isso, o Chile e a Argentina fazendo acordo em separado, o Brasil será profundamente desestabilizado e profundamente enfraquecido, perderá um grande potencial de negociação.

A questão que se coloca para o Brasil, portanto, não é a de posicionar-se contra a Alca e nem de ver a Alca como território do demônio, da destruição, da hecatombe universal. O que o Brasil precisa se perguntar e definir, numa estratégia correta e adequada, é, primeiro, o que deseja negociar no âmbito da Alca; o que é fundamental negociar para que possamos realizar esse processo de integração de toda a América. E aí há pontos cruciais, sem os quais o Brasil, evidentemente, não poderá ingressar na Alca, sem os quais a Alca realmente não interessa para o Brasil – a questão do acesso do aço ao mercado americano, do suco de laranja, a existência de subsídios que tornam economicamente inviáveis os nossos produtos agrícolas no mercado americano, a existência de barreiras não tarifárias, baseadas em instruções fitossanitárias ou baseadas, muitas vezes, em alegações de legislação trabalhista e **dumping**, o chamado **dumping** social.

Então, esses elementos básicos de negociação é que devem dar fundamento a um processo duro, frontal de negociação com os Estados Unidos, e dizer que esses elementos são absolutamente imprescindíveis e indispensáveis a que o Brasil realmente dê consequência à implementação da Alca. Portanto, não se trata de uma questão de data, nem se trata de uma questão ser em 2003, 2004 ou 2005; trata-se de uma questão de negociação, de dura negociação diplomática e comercial, de competente e eficaz negociação diplomática e comercial. Obter ganhos nessa negociação, obter as compensações necessárias, essa é que é a discussão que se deve fazer.

Não tenho visto no Congresso Nacional o foco nessas coisas. O foco tem sido apenas: retardar, retardar, retardar. Não. Parece-me que o problema não é retardar. Obtidas as exigências brasileiras, na mesa de negociações, aí não há por que retardar. Não feitas as concessões por parte dos Estados Unidos às exigências brasileiras, aí também não há por que entrar na Alca. A questão não é o prazo; a questão é o que negociar e o que interessa ao Brasil. Efetivado o acordo,

nos padrões e no modelo que interesse à economia brasileira, evidentemente que a questão do prazo passa a ser rigorosamente uma questão secundária.

Então, eu diria que, se fizermos isso com clareza, com uma convicção e com uma visão de futuro mais abrangente, o Brasil pode, sim, ver a Alca não como um monstro, uma muralha que se coloca à sua frente, mas, possivelmente, pode ver a Alca até como um desafio extremamente positivo para o nosso futuro.

Valho-me sempre de um livro que considero uma Bíblia do Século XX, a grande chave de compreensão histórica deste Século XX, que é o livro "A Era dos Extremos", do historiador marxista Eric J. Hobsbawm. Ele, sem peias, sem meias palavras, de maneira que interpreto como de maneira inequívoca, diz claramente o seguinte: que o Século XX conheceu momentos de profunda depressão, de instabilidade econômica, de instabilidade política, de guerra e destruição, quando os fluxos de comércio externo secaram. E ele mostra claramente que, "de 1890 a 1913, antes da Primeira Guerra Mundial, o comércio mundial quase que dobrou, ou mais que dobrou. Depois de 1948, ao final da Segunda Guerra, até 1970 o comércio mundial quintuplicou." Portanto, os períodos de paz, progresso e desenvolvimento do mundo são marcados por intenso fluxo de comércio. E ele diz: "entre 1913, antes do início da Primeira Guerra Mundial, e 1948, três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, os volumes de comércio externo entre nações praticamente estagnaram, ou até regrediram." Ou seja, é a inexistência de comércio que leva o mundo à instabilidade, à guerra e à destruição. E, portanto, uma interrupção brusca do processo de globalização é pior, para efeitos da economia mundial e para a ameaça às economias periféricas, do que a continuidade desse processo. A questão é: queremos, diante desse processo, assumir frontalmente, de maneira corajosa, eficaz e eficiente, os meios corretos de enfrentá-lo, ou seja, negociando os pontos cruciais – o aço, o suco de laranja, a agricultura, o subsídio e as barreiras não-tarifárias -, discutindo isso de maneira concreta e dura na mesa de negociações, ou queremos enfrentar isso com aquela parte da anatomia humana, chamada barriga e que alguns usam apenas para empurrar as coisas.

O Brasil seria, portanto, o País do "empurra-com-a-barriga"? Essa é, a meu ver, a grande questão. Esse é o dilema brasileiro quanto à Alca.

Fica provado, cada vez mais, que essa não é uma era de catástrofes, decadência, mas é de desafios. Podemos ir para o buraco ou podemos, quem

sabe, nos libertar e nos emancipar. Resta saber que tipo de caminho queremos adotar: se o caminho da coragem ou o da acomodação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior, último orador inscrito.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre faço questão de lembrar que "acrianos são os que nascem no Estado do Acre e os que fazem opção por sua cidadania". Acrianos são, assim, também os que lá chegaram para trabalhar, construir e lutar pelo progresso daquela valorosa porção do território nacional.

Por isso, toda a sociedade acreana, principalmente seus círculos intelectuais e os ligados à Justiça, está jubilosa com a homenagem prestada pelo prestigioso jornal **Brazilian Time** e pela conceituada instituição Norberto Gauer Eventos & Promoções ao insigne coestadano, nascido no Rio de Janeiro, mas há quatro décadas aliradado, Jorge Arakén Faria da Silva, a quem conferiram o valioso troféu "Melhores da Advocacia Brasileira".

Trata-se de uma das mais cobiçadas honrarias destinadas aos profissionais de Direito em nosso País. E merecê-la significa o reconhecimento de notáveis saberes jurídicos e da observância das mais estritas normas éticas no desempenho de suas nobres e espinhosas missões.

Parafraseando uma luminosa aula de civismo, que nos foi dada pelo saudoso Senador Rui Barbosa, citada pelo Dr. Jorge Arakén no discurso que pronunciou ao receber o galardão: tal honra não me cabe apenas em sua pessoa, pois só o seu Estado, o nosso Estado do Acre, poderá recebê-la condignamente. Porque todos os acreanos conscientes festejaram, com ele, a conquista.

A vida de Jorge Arakén Faria da Silva é, de fato, uma sucessão de vitórias e afirmações – morais, cívicas e profissionais –, todas elas marcadas pela dignidade e pelo empenho em fazer soberanos postulados do Direito.

Sua carreira de advogado foi cedo interrompida, para ceder lugar ao serene e firme juiz, que galgou os mais importantes degraus da magistratura do Estado, até aposentar-se como Desembargador do Tribunal de Justiça, sempre pautado pelo respeito às partes, à sociedade e às leis.

Seu discurso de agradecimento à homenagem é uma página que combina a mais fina oratória, a só li-

da cultura e o mais magnífico embasamento jurídico, virtudes que dele fizeram um dos mais destacados filhos da Amazônia.

Gostaria de ler integralmente, nesta tribuna, para que ficasse eternizado nos Anais do Senado Federal, o brilhante pronunciamento do Dr. Jorge Arakén, mas os limites regimentais do tempo a mim deferidos impedem tal desiderato.

Não posso, entretanto, eximir-me de destacar, ao menos, a citação feita pelo laureado na solenidade do Maksoud Plaza Hotel, na capital paulista, quando buscou, em Dirceu Rodrigues, a vivência de que "a Justiça é a vontade constante e perpétua que dá a cada um o que é seu".

E ninguém merece mais que Jorge Arakén Faria da Silva uma homenagem como a que hoje faço ecoar neste plenário, o reconhecimento de seu talento, sua ética irreversível e sua dedicação à causada Justiça.

Por todo o exposto, acredito que, na próxima oportunidade em que houver deliberações na Ordem do Dia, o Senado, a legítima Casa da Federação Brasileira, onde os Estados se fazem representar igualmente, aprovará o requerimento que foi lido há pouco pela Mesa. Estará endorsingo, destarte, a louvação promovida pelo magno certame ao grande jurista acreano.

Rogo à Presidência que cópia deste meu discurso seja encaminhada ao homenageado, juntamente com a futura comunicação protocolar, da esperada aprovação do requerimento hoje proposto à aprovação dos meus ilustres Pares. Estou certo de que a iniciativa mereça mais restrita e definitiva apreciação de todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Fogaça.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 189, DE 2001

Requeiro, nos termos do art.º 5º, § 2º da Constituição Federal e art.º 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, por intermédio do Ministro Extraordinário da Política Fundiária, os esclarecimentos, a seguir especificados, com

relação às ações daquela autarquia no Estado de Mato Grosso:

- 1) Quais as áreas do Incra que tiveram os títulos cancelados no âmbito do Estado?
- 2) Em quais municípios mato-grossenses se encontram essas áreas?
- 3) Quem são os proprietários dessas áreas?

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2001. – Senador **Antero Paes de Barros**.

À Mesa para decisão.

REQUERIMENTO Nº 190, DE 2001

Requer informações sobre a regulamentação da Lei nº 9.454/97, ao Ministério da Justiça.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho,

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e tendo em vista o que dispõe o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência submeta à deliberação da Mesa Diretora, pedido de informação, ao Ministério da Justiça, a respeito das seguintes questões relativas à regulamentação e implementação da Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, que institui o Número Único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências“:

1 – Qual a situação atual da proposta de Decreto de regulamentação da Lei?

2 – Existe algum impedimento a que o Senhor Presidente da República decrete a regulamentação da lei? Qual (is)?

3 – Que obstáculos o Ministério está encontrando na regulamentação da lei, que possam esclarecer e justificar o atraso na implementação de suas disposições?

4 – Que prazo o Ministério da Justiça estima para a decretação da regulamentação da Lei?

5 – Que medidas vêm sendo tomadas pelo Ministério da Justiça com vistas à implementação do Número Único de Registro de Identidade Civil?

6 – Que organismo do Ministério da Justiça está incumbido da regulamentação e implementação da Lei?

7 – Foram incluídos no Orçamento de 2001 a provisão dos meios necessários à sua implementação? E o cronograma de implementação?

8 – Que medidas estão sendo tomadas, tendo em vista o art... 6º da Lei?

Justificação

A Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, prevê, em seu § 5º prazos para a sua regulamentação e para início de sua implementação: 180 dias, no primeiro caso e 360 dias, no segundo. O art. 6º estabelece em 5 anos, contados da promulgação da Lei, o prazo de validade dos documentos de identificação, hoje vigentes. Findo esse prazo, perderão a validade os documentos com ela em desacordo.

A Comissão nomeada pela Portaria MJ nº 146, de 7 de abril de 1997, mesmo dia da sanção da Lei, portanto, para elaboração do Projeto de Decreto de regulamentação cumpriu sua missão, dentro do prazo, segundo informações de que disponho.

Esse Projeto foi despachado à Secretaria de Assuntos Legislativos e à Assessoria Jurídica do Ministério, para uma revisão, ali permanecendo até junho de 1998, segundo informações que me chegaram. Retornando à Comissão, esta respondeu, prontamente, aos 45 questionamentos levantados por aqueles órgãos, adotando as sugestões que julgou pertinentes.

Simultaneamente, a Coordenação da Comissão mantinha entendimentos e tomava medidas práticas envolvendo os Ministérios da Justiça, da Saúde e da Previdência Social, bem como a Caixa Econômica Federal, visando a implementação da Lei.

Em dezembro de 1998, a Comissão foi dissolvida, pelo Ministro Renan Calheiros. Desde então, não mais tive informações sobre o andamento dos trabalhos.

O art. 4º dispõe que seja incluída, na proposta orçamentária do órgão central do sistema (Sistema Nacional de Identificação Civil), a provisão dos meios necessários e o cronograma de sua implementação e manutenção.

Ao elaborarmos o projeto que deu origem à Lei em questão, tivemos o cuidado de estabelecer prazos específicos para a sua implementação, bem como de determinar a provisão de recursos para tal, preocupados em não deixá-los ao arbítrio dos executores.

Entretanto os primeiros desses prazos – os que tratam da regulamentação da Lei e do início de sua implementação – já se extinguíram sem que tenham sido cumprida essas determinações. O receio é de

que o terceiro, também o seja, caindo a Lei no esquecimento, o que consideramos inconcebível e inaceitável: Se votamos leis é para que sejam cumpridas!

Em contraposição, a imprensa chegou a divulgar a disposição da Secretaria da Receita Federal de reemitir o Cartão de Identificação do Contribuinte Pessoa Física – CIC/CPF, que contém mais de 100 milhões de inscritos, e a Justiça Eleitoral já manifestou a intenção de reemitir o Título de Eleitor, também com mais de 100 milhões de inscritos, para agregar-lhe elementos como foto, número da identidade, impressão digital e/ou assinatura do portador etc.

Destarte, Senhor Presidente, encareço que este Requerimento seja apreciado, o mais breve possível, pela Mesa Diretora, e encaminhado ao Senhor Ministro da Justiça, a fim de que obtenhamos uma rápida resposta e possamos tomar as providências que se recomendarem.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2001. – Senador **Pedro Simon**.

À Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que designou a Senadora Emilia Fernandes, na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/República Popular Democrática da Coreia, para visita oficial a Pyongyang, capital da quele país, no período de 13 a 21 de abril do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, dentro do prazo, as contas prestadas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e pelos Presidentes dos Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar), em obediência ao disposto no art. 56 da Lei Complementar n.º 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os expedientes foram autuados como Ofício CN n.º 2, de 2001 e vão ao Tribunal de Contas da União, para parecer prévio, nos termos dos arts. 56 e 57 da referida Lei Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que também recebeu, dentro do prazo, as contas prestadas pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, em obediência ao

disposto no art. 56 da Lei Complementar n.º 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O expediente foi autuado como Ofício CN n.º 3, de 2001, e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para os fins no disposto no § 2º do art. 56 da referida Lei Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os Srs. Senadores Sérgio Machado, Lúcio Alcântara e Ademir Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO MACHADO (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, dentre os essenciais e indispensáveis atributos necessários ao exercício da atividade política, destaca-se, sem dúvida alguma, o senso de oportunidade. Dele depende o êxito ou fracasso na tomada de decisões. Nele reside a facilidade ou não de implementá-las.

Compete a nós políticos, portanto, a sensibilidade e a responsabilidade de zelar, permanentemente, para que as medidas certas sejam adotadas no momento certo, sob pena de não as vermos jamais concretizadas.

Nesse contexto, as circunstâncias peculiares do momento institucional – tanto no Brasil como em vários Países – que ora vivemos estão aí a nos apontar, mais do que nunca, a oportunidade de realizarmos agora a tão necessária revisão de nossas regras eleitorais e partidárias.

O PSDB encara como prioritária a retomada imediata dos debates acerca das propostas que compõem a Reforma Política, por entender que a hora é esta; que seu enfrentamento é inevitável e inadiável.

Falo não apenas em nome de meu partido – em cuja pauta a Reforma Político-Partidária há muito se insere como prioridade absoluta –, mas também em meu próprio nome, manifestando meus anseios na qualidade de cidadão, de Senador da República e de ex-Relator da Comissão Especial destinada a examinar a matéria no Senado Federal.

Precisamos ter a habilidade de reconhecer as deficiências do sistema atual, para que os coloquemos imediatamente em pauta. Temos de acabar com o personalismo que marca hoje o meio político e partirmos para o fortalecimento definitivo de nossos partidos.

A Reforma Política é um longo processo que se iniciou há mais de cinco anos aqui no Congresso e que hoje considero madura o suficiente para ser retomada de forma democrática e responsável. Temos de

retomar a Reforma Política ainda neste semestre para que as novas regras já estejam em vigor nas eleições de 2002.

Bem sabemos que o Governo, a sociedade e as próprias agremiações partidárias estão descontentes com a realidade atual. Todos cobram de nós, parlamentares, uma atitude urgente e incisiva a esse respeito.

Desde a referência explícita e pontual do Presidente da República, expressa já em diversas oportunidades ao formular apelos para a prioridade que deve merecer a reforma político-partidária, praticamente todas as lideranças nacionais têm se manifestado no mesmo sentido.

É a hora de os Três Poderes e da sociedade se darem as mãos nesse projeto nacional! É inviável continuarmos convivendo com esse quadro de total instabilidade e de crescente fragilização dos partidos políticos. É inadmissível que sigamos permitindo que as Casas do Congresso se transformem em palco de disputas. Não é mais possível permitirmos que a classe política seja alvo de incredulidade.

Para tanto, precisamos agir com rapidez, firmeza e rigor, principalmente no que concerne aos pontos que formam a espinha dorsal de tais mudanças: o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais; a fidelidade partidária; a cláusula de desempenho com federação de partidos; a proibição de coligações nas eleições proporcionais e o sistema de listas.

Retomemos a Reforma por esses cinco pontos e poderemos, assim, proceder às demais alterações em breve. Sem essa pauta mínima, a reforma não anda. Sem isso, vai ser meia-sola, arremedo de mudança.

Não podemos compactuar com a tese de que nos basta apenas rever as linhas gerais da legislação. Não podemos permitir que tal reforma se esgote em meia dúzia de pírias alterações, que, em nome de acordos sejam eles quais forem, se traduza numa acomodação de retalhos mal acabados.

O PSDB considera que a Reforma Política se deva fazer de forma cabal. Para nós, a prioridade dos temas aqui abordados é irredutível e inegociável. Acreditamos numa ação emergente que os contemple de forma integrada desde já.

Só assim, com o uso do sentido crítico e autocrítico, nós, membros de todos os partidos, sem exceção, haveremos de chegar, de forma inteligente e democrática, à formulação institucional capaz de pro-

porcionar uma verdadeira Reforma Política neste país.

Temos de deixar para trás a crise política que quase paralisou o Congresso. Forças diferentes em seus programas, mas reunidas em um acordo sem precedentes na história política brasileira, viraram, nas palavras da mídia, simples veículos de uma selvagem disputa por espaço no Congresso.

Pouco se disse sobre uma já tardia revisão das regras do jogo político atual. Pouca atenção se dá aos incessantes exemplos internacionais recentes, como as últimas eleições nos Estados Unidos e na Argentina.

Esta bandeira antiga do P-S-D-B, uma Reforma Política ampla, dessa vez não pode ser tão gradual. O caráter urgente que ganhou faz dela a mãe de todas as reformas – a reforma das reformas. É dela que pode e deve sair o fortalecimento das instituições democráticas, principalmente dos partidos.

Ao assomar hoje a esta tribuna, faço-o convicto de que nossa credibilidade e nossa força se encontram seriamente ameaçadas pela carência de instrumentos adequados ao desempenho de nossas responsabilidades perante a Nação.

Temos agora nossas atenções voltadas para desdobramentos de uma nova conjuntura, de um novo contexto no equilíbrio de forças que se definiram no Congresso Nacional, função das recentes acomodações partidárias e do conseqüente redimensionamento de interesses locais e nacionais.

Outras mudanças, também necessárias, no entanto menos urgentes e estratégicas, poderiam ser feitas: definição de novos prazos de filiação e domicílio; duração de mandatos; calendários de eleições e posses; suplência; adoção do voto facultativo; registros de candidaturas; número de vereadores; utilização das urnas eletrônicas.

Caso prevaleçam as regras atuais, continuaremos sujeitos a práticas como o corporativismo e o "personalismo selvagem". É fundamental que o interesse nacional se sobreponha ao individual.

O caráter transitório dos acordos políticos leva o cenário nacional a vícios que só serviram, ao longo dos anos, para abalar a imagem das instituições partidárias e do homem público. Se não quisermos pagar o preço de sermos acusados pelas gerações futuras de ter perdido esta oportunidade histórica de mudar as regras do jogo, temos de agir já.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo, neste momento, a tribuna do Senado Federal para registrar o transcurso de uma data que, por sua relevância, merece nossa consideração, a cada ano: o Dia Mundial da Saúde.

Nessa data, 7 de abril, homens e mulheres de todo o Planeta têm sido instados, nos últimos 53 anos, a refletir sobre a saúde e a manifestar sua preocupação em relação aos problemas que afetam esse setor vital para todos os seres humanos.

Todos nós reconhecemos que a saúde é um dos setores mais vulneráveis da vida nacional e que são imensas as dificuldades nele existentes. São denunciados, à exaustão, males crônicos tais como sucateamento da infra-estrutura pública de saúde, escassez de recursos, precariedade de acesso e demora de atendimento, desperdício e falta de racionalidade no uso de verbas, fraudes, carência de profissionais da área e de medicamentos, desnutrição infantil, altas taxas de mortalidade infantil e materna, reemergência de doenças infecto-contagiosas, saneamento básico precário, e outros.

Embora reconheça que esses problemas ainda não tiveram a solução almejada, seria injusto não reconhecer que, em épocas passadas, sua gravidade já foi bem maior.

O Governo vem se empenhando em reorganizar institucionalmente o setor, acelerando a plena implantação do Sistema Único de Saúde – SUS. A descentralização e a desconcentração de ações, medidas que visam a consolidação do SUS, estão sendo efetivamente implantadas, com a transferência, para Estados e Municípios, das atribuições anteriormente a cargo do Ministério da Saúde.

O SUS abrange atualmente uma rede de 56.642 unidades, entre ambulatorios, postos e hospitais públicos e privados. Além disso, é o único sistema público do mundo a garantir assistência integral aos pacientes renais crônicos, aos portadores de câncer e de vírus HIV.

Segundo dados do Ministério da Saúde, o SUS gasta 100 dólares por ano com cada brasileiro atendido pelo sistema. Aproximadamente 70% dos gastos com o SUS dependem de verba federal. Do percentual restante, 20% são repassados pelos Estados e 10% pelos Municípios.

São realizados atualmente na rede ambulatorial do sistema 350 milhões de atendimentos/ano, em média. Esses procedimentos abrangem desde a

atenção básica aos pacientes, consultas e primeiros socorros, até atendimentos ambulatoriais de alta complexidade.

Com relação aos hospitais, 6.493 deles (entre públicos, filantrópicos e privados) são credenciados pelo SUS, com a oferta de 487.058 leitos.

Sr. Presidente, o último cruzamento de dados feito pelo Ministério da Saúde indica que, no ano 2000, foram realizadas 250 milhões de consultas. Desse total, 165 milhões são de atenção básica e 85 milhões de consultas especializadas. Ocorreram também 200 milhões de exames laboratoriais, 6 milhões de exames de ultra-sonografia e 79 milhões de atendimentos de alta complexidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, são, sem dúvida, perceptíveis os resultados das mudanças efetuadas no planejamento, gestão e financiamento dos programas de saúde, no País, principalmente no campo da assistência básica de saúde.

Cumpramos reconhecer, porém, que, na saúde, como nas outras áreas, existe um grande desequilíbrio entre as diferentes regiões de nosso País. É significativa a diferença na quantidade de médicos e hospitais existentes entre as regiões mais pobres e as mais desenvolvidas. Persistem também deficiências na rede e faltam equipamentos necessários para garantir uma assistência de qualidade, com inegáveis prejuízos ao andamento dos inúmeros programas implantados nos últimos 5 anos.

Segundo o atual Secretário de Assistência à Saúde, Renilson Rehen, carências orçamentárias emperraram o andamento do processo no estágio inicial da reestruturação do setor, necessária para dar cumprimento às normas constitucionais, e são grandes as dificuldades de se reconstruir "uma lógica de rede assistencial".

O programa que reforçou os equipamentos e condições hospitalares do SUS, o Reforsus, só foi iniciado em 1977, 7 anos depois da implantação do Sistema Único de Saúde. Entre 1998 e 1999, foram aplicados R\$150 milhões de reais nas unidades de urgência e emergência do País e R\$100 milhões em construções e reaparelhamento de maternidades. No ano 2000, mais R\$130 milhões foram destinados a esses fins.

Na avaliação das autoridades do setor, a criação do Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação – Faec, em 1999, foi outra estratégia adotada para dinamizar o SUS. Esse fundo define os recursos federais para o custeio do sistema, em todo o País. Na

prática, o Faecarca com os pagamentos dos procedimentos de alta complexidade, não disponíveis em todos os estados da Federação, tais como transplantes, exames para pacientes com câncer, e outros.

Em 2001, do total de R\$13,5 bilhões de reais previstos no Orçamento da União para o SUS, R\$3,5 bilhões estão destinados a investimentos em serviços de prevenção, acompanhamento e consultas, e R\$10 bilhões vão para casos de média e alta complexidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seria impossível detalhar neste pronunciamento todos os programas e projetos atualmente existentes na área da Saúde, pois são de considerável abrangência. Mencionar alguns, como o de Assistência à Saúde, Assistência Farmacêutica, Aquisição e Distribuição de Medicamentos, Câncer do Colo Uterino, Diabetes, Doenças Cardiovasculares, DST e AIDS, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Família, Sangue e Hemoderivados, Saúde do Idoso, Saúde Mental, Saúde Ocular, Tuberculose, já nos permite constatar sua amplitude.

Evidentemente há programas prioritários. O Programa de Agentes Comunitários de Saúde – Pacs e o Programa Saúde da Família – PSF estão entre as principais, pois orientam a população sobre como se proteger contra doenças e prestam assistência aos que necessitam, em todas as regiões do País.

No Pacs, o Ministério da Saúde incentiva a contratação de pessoas da própria comunidade para exercerem a função de agentes comunitários. Treinados, esses agentes vão de casa em casa para transmitir informações e noções básicas de saúde, identificar problemas e acompanhar procedimentos de saúde.

O Pacs conta hoje com 154.652 agentes atuando em 4.662 Municípios, nos quais residem 88 milhões 925 mil pessoas, cerca de 54,24% da população brasileira.

Integrado ao Pacs, funciona o Programa Saúde da Família. O PSF é, na verdade uma estratégia para construir um novo modelo de atenção à saúde no Brasil, com ênfase nas ações de promoção e prevenção, rompendo com a lógica ultrapassada e pouco eficaz de um modelo oneroso, centrado na doença e na hospitalização.

Esse programa vincula a um determinado número de famílias de uma comunidade, equipes de saúde, formadas por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários, humanizando e

melhorando a eficácia do atendimento prestado à nossa população, sobretudo nas regiões mais carentes do País.

O PSF conta atualmente com 11.772 equipes, atuando em 3.266 Municípios, onde vivem 40 milhões 613 mil pessoas, cerca de 24,77% da nossa população.

É clara a intenção governamental de humanizar os procedimentos de saúde e de melhorar o atendimento aos usuários. Nos últimos anos, foram promovidas várias campanhas nacionais de Mutirões de Cirurgias Eletivas, com o objetivo de aumentar a oferta desses procedimentos. Inúmeras foram as cirurgias de catarata, de redução da cegueira em decorrência da retinopatia diabética, de próstata, de varizes, de transplante ósseo, de hérnia, realizadas sob a forma de mutirão, reduzindo as filas de espera e melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

Muitas outras ações merecem destaque. Gostaria de mencionar às que se destinam à redução da mortalidade infantil e materna, à atenção à saúde da mulher e do idoso, à fiscalização sobre a qualidade e o preço dos medicamentos, aos medicamentos genéricos, à regulamentação de hemoderivados, e outras que tantos benefícios têm trazido à nossa população.

Gostaria de destacar ainda a excelência das ações de combate às DST e Aids, que possibilitaram não só a estabilização do número de casos novos de Aids e do risco de infecção pelo HIV, como também a redução da letalidade e da mortalidade dos portadores dessa doença.

Sr. Presidente, eu, que juntamente com inúmeros membros desta Casa, lutei tanto para que o Brasil tivesse uma legislação moderna sobre transplante, para minimizar o drama de milhares de brasileiros que necessitam da doação de órgãos e tecidos para sobreviver, não poderia deixar de enfatizar, nesta oportunidade, a importância da criação do Sistema Nacional de Transplantes e da realização de campanhas educativas e de conscientização da população. Graças a essas iniciativas têm aumentado significativamente as doações de órgãos e tecidos no País, possibilitando o atendimento de um maior número de pacientes e a redução das longas filas de espera.

Por fim, gostaria destacar a questão da saúde mental. Abordar essa questão me permite voltar ao motivo que me trouxe a esta tribuna, no dia de hoje, o transcurso do Dia Mundial da Saúde. Quero mani-

festar minha satisfação em ver que o tema central escolhido pela OMS para reflexão nessa data foi *"Saúde Mental: cuidar SIM, excluir, NÃO"*. Assunto esse que tanto trabalhei neste Senado Federal.

A oportunidade do tema não poderia ser maior, nem a ocasião mais propícia. Nos últimos dias, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei nº 3657-D, de 1989, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e re-direciona o modelo assistencial em saúde mental, em nosso País.

A importância dessa aprovação é inconteste. Nos últimos anos, foram criados 250 serviços comunitários, no País, denominados Centros de Atenção Psicossocial. A iminência da aprovação da Lei levou ao estabelecimento da meta governamental de implantar, já em 2001, 150 novos Centros como esses para que os municípios com população acima de 70 mil habitantes estejam cobertos. Está prevista também a implantação de 200 módulos de rede de serviços residenciais terapêuticos, especialmente direcionados para a população residente em macrohospitais psiquiátricos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ao concluir este pronunciamento, gostaria de parabenizar a Organização Mundial da Saúde por ser, nos últimos 53 anos, a voz moral e a liderança técnica para investir na saúde das pessoas, incentivando o combate às doenças e à "má saúde" e promovendo sistemas de saúde sustentáveis e equitativos, em todo o Planeta.

Gostaria, finalmente, de parabenizar o Presidente Fernando Henrique Cardoso e, em particular, as autoridades da área de Saúde nas três esferas de Governo, Federal, Estadual e Municipal, engajadas e comprometidas com a implantação de ações e com a reestruturação do setor, pelos esforços que vêm sendo empreendidos e pelos índices positivos já alcançados.

Há, certamente, um longo caminho a ser percorrido antes que serviços de saúde de qualidade estejam ao alcance de toda a nossa população. Porém, com determinação e vontade política, os desafios serão vencidos, os preceitos constitucionais cumpridos e os cidadãos e cidadãs brasileiras terão acesso universal, igualitário e gratuito às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, garantidos pela Carta Magna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à Tribuna do Senado Federal para fazer breves comentários sobre a forma efetiva de participação da população no processo de crescimento da economia brasileira.

O Governo Federal, por meio de uma tributação abusiva, tem contribuído de várias maneiras para uma penalização da população, sobretudo as camadas de baixa e média renda da sociedade.

O Senado Federal aprovou um Projeto do Senador Paulo Hartung, que garante o reajuste da tabela do Imposto de Renda, que se mantém até os dias de hoje, em valores de 1995. Isso tem gerado uma maior arrecadação do imposto ao obrigar trabalhadores, antes isentos, a pagar, inclusive com desconto na fonte. E ainda, aqueles que já pagavam, passam a recolher ainda mais, mudando para faixas superiores de desconto. Essa esperteza do Governo penaliza sobretudo a classe média e trabalhadora.

Um trabalhador que ganha hoje R\$1.155,65 desconta na fonte R\$38,25 mensais, quando deveria ser isento do Imposto de Renda. Já um trabalhador que ganha R\$4.000,00 desconta R\$740,00 na fonte, quando deveria descontar R\$637,34.

O Projeto do Senado, está na Câmara dos Deputados com pedido de urgência, mas o Governo esforça-se em barrá-lo. E vejam Sr^{as} e Srs. Senadores, tenta impedir a urgência do projeto na forma costumeira junto a sua base aliada. Fala-se até em ameaças de não liberar recursos das emendas ao orçamento dos parlamentares governistas que apoiem a tramitação urgente do projeto. Se considerarmos que, na maior parte, os recursos das emendas de parlamentares ao Orçamento da União são para investimentos em suas bases, tais com: postos de saúde, escolas, equipamentos de hospitais, estradas vicinais, tratamento de água e construção de rede de esgoto, com essa atitude, o Governo impõe escolher entre duas formas de penalizar a população pobre. Uma, continuar cobrando imposto baseado numa tabela que deveria ser reajustado em quase 30%, outra, retendo recursos, que visam atender a necessidades das pequenas cidades, das periferias, portanto, da população mais necessitada.

Aumentar a arrecadação do Imposto de Renda com conta recaindo na classe média tem sido tarefa fácil para o Governo, que, inclusive, não demonstra o mesmo empenho em cobrar dos grandes sonegadores que exploram o trabalhador e não pagam os impostos e contribuições legais.

A dívida ativa da União, chegou no final do ano 2000 em nada menos do que R\$125,7 bilhões. Isto equivale a 11.5% do PIB, a soma de todas as riquezas produzidas no País. Se listarmos os dez maiores devedores da União, podemos obter um valor de R\$ 15 bilhões de reais, mais de 10% do total. Empresa com o Banco Econômico, que recebeu dinheiro do Proer, deve mais de R\$1 bilhão. Em 1995 essa dívida era de R\$16 bilhões e hoje corresponde a apenas o valor devido por 10 ou 11 grandes empresas.

Veja a contradição, Sr. Presidente, o mesmo Governo que é capaz de sugar o trabalhador ao não atualizar a tabela do Imposto de Renda, objetivando aumentar o seu caixa, que sabemos, para pagar os juros escorchantes da dívida externa, não usa da sua capacidade para cobrar os grandes sonegadores.

É bom lembrar que no final do ano 2000 o Congresso Nacional disponibilizou um excelente instrumento de combate à sonegação fiscal, pois possibilitou a quebra do sigilo bancário quando ocorrer indícios de sonegação apurados pelo cruzamento dos dados da CPMF com a declaração do Imposto de Renda.

Na época o Governo alardeava aos quatro ventos que já tinha o nome de aproximadamente seiscentas pessoas físicas e jurídicas que teriam o sigilo bancário quebrado. Passado quatro meses, não se tem uma única notícia de que algum grande sonegador tenha ressarcido ao Erário os tributos não pagos.

Vale destacar que a CPMF – cuja arrecadação anual equivale a mais ou menos o devido por esses 10 grandes sonegadores – tem sido desviada de suas finalidades sociais. Quem paga a CPMF são todos os brasileiros que movimentam contas bancárias. Compete dizer que originalmente essa contribuição foi criada para ampliar os investimentos na área da saúde. Foram inúmeras as denúncias de desvio da sua finalidade ao longo da sua existência. Recentemente o Governo propôs o reajuste dessa contribuição que era de 0,30% para 0,38%, objetivando com isso contribuir para a formação do fundo de combate à pobreza, que resultou de uma Comissão aqui do Senado.

Ocorre, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o fundo de combate a pobreza só passará a existir de fato, após a aprovação de uma Lei Complementar, cujo projeto só foi enviado pelo Executivo, quatro dias antes de iniciar a cobrança da cobrança da nova alíquota da

CPMF. Enquanto o projeto não é aprovado, o valor arrecadado, cuja estimativa é de R\$4 bilhões/ano, vai para o Governo por meio da compra de títulos públicos.

Com isso, os 0,8% cobrados a mais pela CPMF, está indo para o caixa do Governo e até servindo para pagar o juros da dívida. É bem verdade que, pela Emenda Constitucional 31, o Governo ficou autorizado a utilizar esse recurso até que seja aprovada a Lei Complementar que regulamentará o fundo, quando efetivamente o recurso será aplicado no seu destino. Quando a Lei Complementar for aprovada, provavelmente estaremos em plena campanha e o esse fundo deverá se transformar em importante instrumento eleitoral para os governistas.

Vejam Sr^{as} e Srs. Senadores, é assim que estão sendo utilizados parcela significativa dos impostos e contribuições pagos pela população de forma tão suada e sofrida.

Contudo, falar em distribuição de renda nesse País, só mesmo mudando esse Governo, mudando a lógica de governar e inverter as prioridades hoje postas. No ano que vem, teremos eleições gerais no País. Serão eleitos, além de Deputados e Senadores, Governadores e o próprio Presidente da República.

É importante que a população tome conhecimento dessas questões, desses mecanismos utilizados pelo Governo, que mostra claramente o distanciamento do seu discurso para a sua prática.

Essas questões, que trago aqui hoje, aliado às práticas de corrupção, que o Governo insiste em não apurar de maneira límpida e profunda, impedindo a instalação de um CPI no Congresso Nacional, deve servir para ampliar a consciência popular e, no voto, já nas eleições de 2002, começar a processar as mudanças que precisamos ter, para que num futuro, não tão distante, o Brasil se transforme num País mais justo e fraterno.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

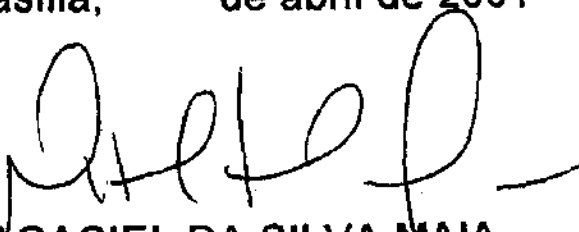
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 44, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atividades regimentais e regulamentares, RESOLVE designar o servidor AFONSO CELSO DE HOLLANDA CAVALCANTI JÚNIOR, Matrícula 2870, para participar da Comissão Especial constituída pela Portaria nº 07, de 2001, incumbida de elaborar relatório circunstanciado a respeito de cada um dos imóveis destinados à utilização do Senado Federal.

Brasília, de abril de 2001



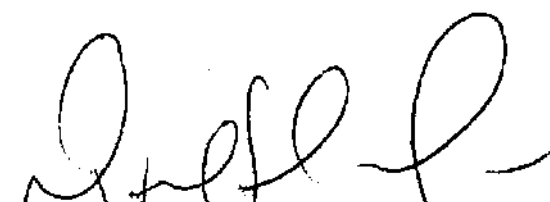
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 662, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005295/01-7,

RESOLVE dispensar o servidor PEDRO ROCHA FORTES, matrícula 3736, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PDT, com efeitos financeiros a partir de 05 de abril de 2001.

Senado Federal, 11 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 663, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005408/01-6,

RESOLVE dispensar o servidor **FERNANDO LUIZ M. DE MOURA**, matrícula 4405, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PDT, com efeitos financeiros a partir de 09 de abril de 2001.

Senado Federal, 11 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 664, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005381/01-0,

RESOLVE dispensar o servidor **MARCELO BLANS LIBORIO**, matrícula 2964, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Tião Viana, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha, com efeitos financeiros a partir de 09 de abril de 2001.

Senado Federal, 11 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 665, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005396/01-8

RESOLVE dispensar o servidor **MARCOS BRICIO DOLHER DA SILVA**, matrícula 3595, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico Industrial, Símbolo FC-6, da Subsecretaria Industrial, com efeitos financeiros a partir de 09 de abril de 2001, e lotá-lo na Subsecretaria de Administração de Pessoal a partir da mesma data.

Senado Federal, 11 de abril de 2001.

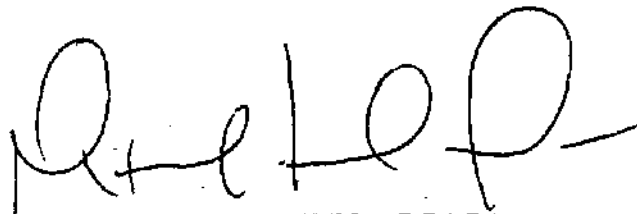

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 666, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004815/01-7,

RESOLVE dispensar a servidora **GIDALIA SOARES**, matrícula 1289, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Consultoria Legislativa, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Senadora Marina Silva, com efeitos financeiros a partir de 30 de março de 2001.

Senado Federal, 11 de abril de 2001.

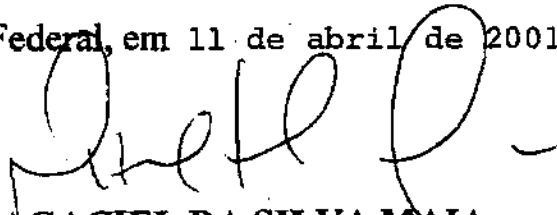

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 667, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005256/01-1**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUÍS AUGUSTO DE CASTRO DIOGO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 11 de abril de 2001.

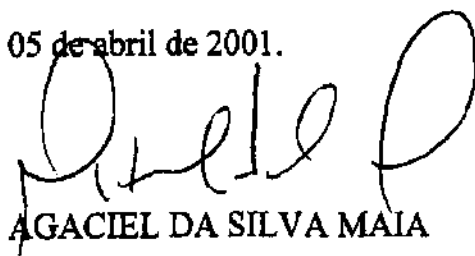

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 668, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014286/97-1,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a NEUZA AMARAL PINTO, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos), e pensão temporária a REGINO AMARAL PINTO e KARINA AMARAL PINTO, na condição de filhos menores, na proporção de 1/4 (um quarto), dos proventos que percebia o ex-servidor GERALDO AFONSO PINTO, a partir data do óbito, 05/08/97.

Senado Federal, em 05 de abril de 2001.



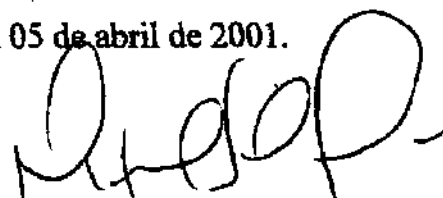
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 669, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 007588/98-4,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a LYDIA JOAQUINA CARNEIRO MACEDO, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor EURICO COSTA MACEDO, a partir data de óbito, 08/05/98

Senado Federal, em 05 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

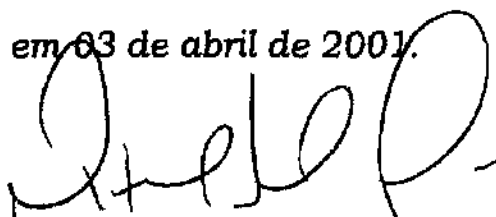
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 670, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º008507/98-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão temporária a SHIRLEY RODRIGUES DE OLIVEIRA, na condição de filha menor, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA, a partir de,23/06/99.

Senado Federal, em 03 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 671, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014834/99-5,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a TEREZINHA DE MARIA DA SILVA DE VASCONCELOS, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ PEREIRA DE VASCONCELOS FILHO, a partir data de óbito, 01/09/99

Senado Federal, em 05 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

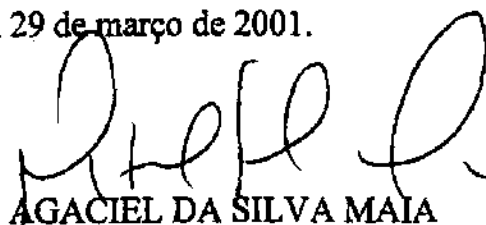
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 672, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 012440/98-1,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão temporária a ANTONIO CARLOS LOURDES DE OLIVEIRA, na condição de filho menor, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ LOURDES DE OLIVEIRA, a partir Data de óbito, 03/09/98.

Senado Federal, em 29 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

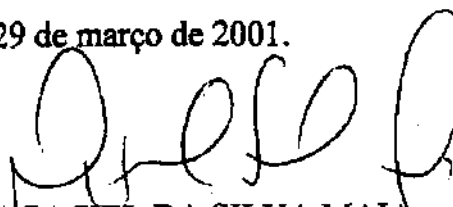
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 673, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º001572/98-9,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a VILMA LAZAROTTO, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos), e pensão temporária aos filhos menores RUI RODRIGUES NETO e DANIEL RODRIGUES LAZZAROTTO, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada, dos proventos que percebia o ex-servidor FRANCISCO DA SILVA RODRIGUES, a partir data do óbito, 08/01/98.

Senado Federal, em 29 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

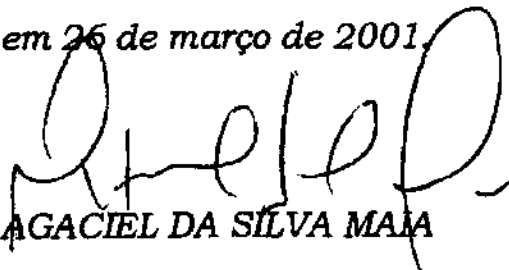
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 674, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 015564/97-5 e 015563/97-9,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a LUISA ALVES DE FREITAS, na condição de cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio), e pensão temporária a SILVIO ALVES DE FREITAS, na condição de filho inválido, na proporção de 1/2 (um meio), dos proventos que percebia o ex-servidor ONOFRE ALVES DE FREITAS, a partir data do óbito, 30/08/97.

Senado Federal, em 26 de março de 2001.

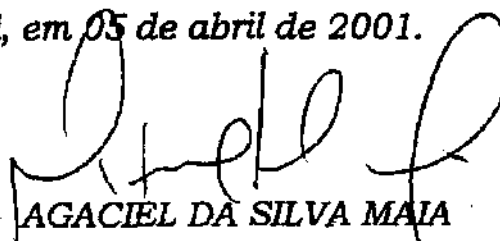

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 675, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014762/98-6 e 014936/98-4,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "c" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a EUGENIA RODRIGUES PINTO NETA, na condição de companheira, na proporção de 1/2 (um meio), e pensão temporária a ARIANA MUNIZ DE SANTANA DA FONSECA, na condição de filha menor, na proporção de 1/2 (um meio), dos proventos que percebia o ex-servidor ORLANDO BARBOSA DA FONSECA JUNIOR, a partir data do óbito, 14/10/98.

Senado Federal, em 05 de abril de 2001.



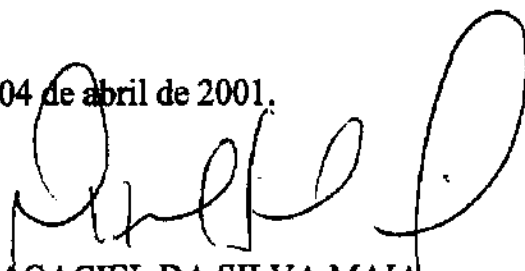
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 676, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 010895/97-3,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a WALKYRIA FERREIRA DE OLIVEIRA, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor PAULO COSTA DE OLIVEIRA, a partir data de óbito, 10/06/97

Senado Federal, em 04 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

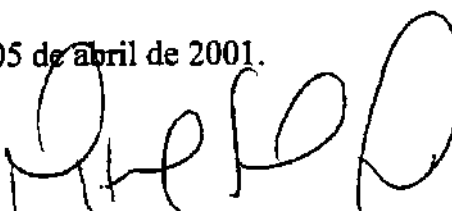
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 677, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 012643/97-1,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão temporária a ISADORA DE CASTRO MARTI, na condição de filha menor, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia a ex-servidora MARIA NEUSA DE CASTRO, a partir de,25/06/97.

Senado Federal, em 05 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

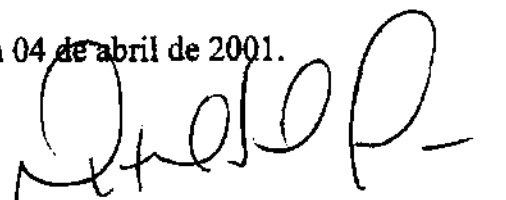
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 678, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004110/97-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a TERESINHA DE JESUS SOARES VIANA DE CARVALHO, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor LUIZ VIEIRA DE CARVALHO, a partir data de óbito, 10/03/97.

Senado Federal, em 04 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

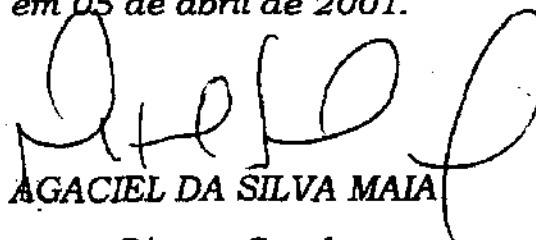
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 679, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 021700/97-4 e 022126/97-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alíneas "a" e "b" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a JAQUELINE ALVES DOS SANTOS, na condição de cônjuge, a ELVINA JOANA DA SILVA, na condição de ex-exposa pensionada, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada uma, e pensão temporária a SARAH ALVES DOS SANTOS, e PAULO AFONSO ALVES DOS SANTOS, na condição de filhos menores, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada um, dos proventos que percebia o ex-servidor AFONSO JOSÉ DOS SANTOS, a partir data do óbito, 04/12/97.

Senado Federal, em 05 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 680, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005257/01-8,

RESOLVE dispensar o servidor DAVY CASTRO DA MATTA, matrícula 4358, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, com efeitos financeiros a partir de 05 de abril de 2001.

Senado Federal, 11 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 681, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002824/01-9,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO DE ASSIS DE ALBUQUERQUE, matrícula 4135, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Primeira Secretaria, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima, com efeitos financeiros a partir de 22 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 11 de abril de 2001.



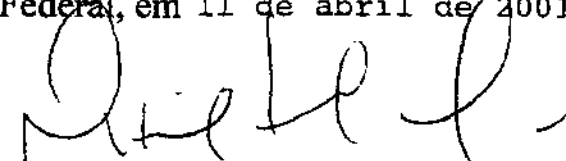
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 682, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005272/01-7

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSEANE NOGUEIRA MENDONÇA DE FREITAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 11 de abril de 2001.



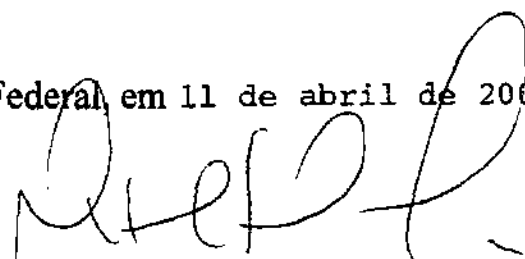
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 683, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005272/01-7**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROGÉRIO BINS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 11 de abril de 2001.



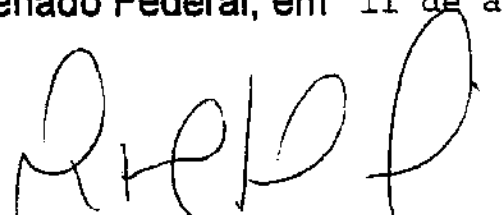
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 684, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005273/01-3,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 534/2001, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2301, de 03/04/2001, que nomeou **AFRÂNIO DANTAS MACAMBIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 11 de abril de 2001.



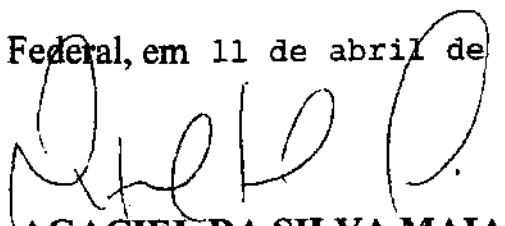
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 685, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005273/01-3**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AFRÂNIO DANTAS MACAMBIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 11 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral